

**ROSITA MARIA BASTOS DOS SANTOS**

**PROGRESSÃO REFERENCIAL NO TEXTO OPINATIVO ESCRITO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras. Curso de Pós Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Iara Bemquerer Costa**

**CURITIBA  
2001**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

## PARECER

Defesa de dissertação da mestranda ROSITA MARIA BASTOS DOS SANTOS, para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados Iara Bemquerer Costa, Elódia Constantino Román e Reny Maria Gregolin Guindaste argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

**“PROGRESSÃO REFERENCIAL NO TEXTO OPINATIVO ESCRITO.”**

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
Iara Bemquerer Costa		A
Elódia Constantino Román		A
Reny Maria Gregolin Guindaste		A

Curitiba, 13 de dezembro de 2001.

Prof.<sup>a</sup> Marilene Weinhardt  
Vice-Coordenadora



**ROSITA MARIA BASTOS DOS SANTOS**

**PROGRESSÃO REFERENCIAL NO TEXTO OPINATIVO ESCRITO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras. Curso de Pós Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Lingüísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Iara Bemquerer Costa**

**CURITIBA  
2001**

Para meu pai querido ( in memoriam) que sempre valorizou meu esforço para ser alguém melhor.

Para minha mãe que esteve ao meu lado e sentiu como se fosse ela a passar por todo o desafio.

Para minha filha amada que várias vezes ficou sem minha companhia. Mesmo pequenina soube ser grande quando disse a ela muitos “não posso” e “não tenho tempo”.

## **AGRADECIMENTOS**

A Iara Bemquerer Costa pelo acompanhamento e atenção que deu à pesquisa.

A todos os meus amigos que estiveram do meu lado e souberam o valor que este trabalho representa para mim.

A Siumara Aparecida Lima que soube comigo como é vivenciar cada etapa de um trabalho como este.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1 CONDIÇÕES DE ANÁLISE</b> .....	15
1.1 Importância da interação .....	15
1.2 Concepção de texto .....	25
1.2.1 O conhecimento prévio .....	28
1.2.2 Textualidade .....	29
1.3 A progressão referencial .....	35
1.4 Referenciação e noção de língua .....	38
1.5 O princípio de instabilidade .....	40
<b>2 A PROGRESSÃO REFERENCIAL ATRAVÉS DA ANÁFORA</b> .....	49
2.1 Um modelo de anáfora baseado em correferencialidade: anáfora direta (AD)..	50
2.2 A anáfora não correferencial .....	54
2.2.1 A anáfora não correferencial: anáfora associativa/anáfora indireta.....	55
2.2.2 Exemplos de anáforas não correferenciais.....	64
2.3 Relações anafóricas segundo MARCUSCHI (1998a).....	68
<b>3 POSSIBILIDADES DE REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA</b> .....	74
3.1 A progressão referencial aliada à progressão tópica .....	75
3.2 As atividades de retomada e remissão .....	80
3.3 Estratégias anafóricas nos textos opinativos.....	82
3.4 Sobre os textos escolhidos .....	92
3.5 Estratégias de processamento referencial recorrentes nos textos analisados ..	96
<b>CONCLUSÃO</b> .....	101

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....106**



## RESUMO

A referenciação constitui importante processo de organização textual. Analisar esse processo requer antes de mais nada uma visão ampla de língua, segundo a qual compreendemos não se tratar de código meramente, mas de atividade sociocomunicativa. Uma noção ampla de língua abre espaço para uma consideração a respeito da progressão referencial como um processo dinâmico que se constrói no desenrolar do discurso. Como a língua não é fenômeno estático, é possível admitir que a referência é também um processo que toma forma de acordo com o contexto discursivo e que os referentes são objetos-de-discurso.

Manter interligados os elementos referenciais não corresponde exclusivamente a retomadas explícitas desses elementos em toda sua extensão. Esse fator exige também uma reavaliação da anáfora, principal estratégia de referenciação, que representa, em seu estatuto mais tradicional, retomadas de referentes mencionados explicitamente na superfície textual.

MARCUSCHI mostra poder haver outras possibilidades de relações anafóricas e, segundo ele, é possível observar estratégias referenciais de retomadas anafóricas em textos orais e escritos.

Nessa pesquisa, seguimos as orientações de MARCUSCHI para quem a anáfora pode surgir com movimentos de retomada explícita, como retomadas correferenciais, mas também através de remissões nem sempre explícitas. Estas estariam relacionadas a algum elemento do texto de uma forma associada.

Em textos escritos de caráter opinativo, averiguamos que estratégias anafóricas são mais usadas e verificamos que, por se tratar de texto em que os argumentos são trabalhados e apresentados discursivamente de maneira a emitir um posicionamento, o texto escrito opinativo figura preferência pela associação.

Palavras-chave: língua, processos referenciais, relações anafóricas, textos de opinião

## ABSTRACT

The reference is an important process of textual organization. Analyzing this process requires first of all a comprehension that language is not a code. It is a social activity. From this point we admit that the reference is a dynamic process that exists on discourse and the referents are discourse objects.

To maintain the textual elements linked in an anaphoric relations is not necessarily a direct retaked. MARCUSCHI shows others possibilities of anaphoric relations.

He also postulates about the differences in the referential processes between speaking and writing. His research resulted in a general chart of anaphoric relations in a category fashion which has been very instrumental in assessing the most preferable strategies used in speaking and writing according to typology and text style.

MARCUSCHI says that, in general, the results show that lexicalization is a special feature of writing but it varies a great deal concerning referential items even when there is coreference and it does not demonstrated any tendency to co-meaning. Repetition, on the other hand, is a feature of speech in the case of co-reference.

Our intention in this research is to observe what strategies are recurrent in opinion writing text.

Key words: referential processes, anaphoric processes, opinion writing text.

## INTRODUÇÃO

Procura-se no presente trabalho estudar a progressão referencial, um processo relevante para a constituição textual. O processo de referenciação é o movimento existente no texto quando os referentes, depois de serem introduzidos, são sucessivamente retomados a fim de manter ou não as propriedades identificáveis na primeira menção, num movimento fundamental para a construção dos sentidos no texto.

A concepção de progressão referencial adotada pressupõe uma visão de língua como a sugerida por MARCUSCHI (1998) e MONDADA e DUBOIS (1995) que apontam para um enfoque de língua não restrito ao código, mas representativo de uma atividade social vinculada aos processos de interação. Ou seja, mais do que o código, a língua é uma atividade sociocomunicativa.

Para esses autores, nem a língua é um aparato pronto e acabado, nem o mundo real pode ser configurado, em situações diversas, da mesma maneira. A referenciação, portanto, não corresponde a uma visão da atividade lingüística direta e precisa entre o que há no mundo e a forma como o representamos no discurso. A hipótese adotada, portanto, é de que os referentes são determinados no processo do discursivo, tornando-se, portanto, objetos de discurso.

A noção de língua a que MARCUSCHI (1998a) se refere está voltada para a concepção social. Para o autor:

“(...) a língua caracteriza-se como atividade, não é um sistema autônomo que se esgota no código, é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em consequência,

o princípio de indeterminação em todos os níveis de funcionamento da língua é constitutivo e a determinação se dá no uso efetivo. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso, isto significa que os itens lexicais só obtêm significação plena em sua realização textual, o que exclui uma visão autônoma e essencialista da língua.” (MARCUSCHI, 1998 p. 02 )

O estudo que se pretende fazer sobre o processo de referenciação, e da anáfora como estratégia no processo de constituição da progressão referencial, adota esta postura e se propõe avaliar as **performances discursivas** em detrimento da concepção de referência que pressupõe “ um mundo objetivo pré existente ao discurso, dos objetos, a priori discretos e estáveis.” (MONDADA & DUBOIS, 1995, p.01).

Com apoio de noções de língua como atividade sociocomunicativa e de referentes como objetos-de-discurso, podemos observar que um referente pode se apresentar de maneiras diversificadas durante o desenrolar discursivo. A progressão referencial, portanto, não implica uma retomada direta e explícita do referente que já foi mencionado no texto.

Quando falamos em progressão referencial, retomada de referentes, estamos inevitavelmente perpassando uma das estratégias de progressão referencial mais típicas; a anafóra que, segundo uma visão mais clássica, está relacionada à retomada direta e/ou explícita do referente anteriormente mencionado feita mediante a utilização de formas pronominais.

Notemos, entretanto, que essa noção merece da mesma forma uma discussão. Se a referenciação é um processo que ocorre no discurso e nele evocam-se objetos-de-

discurso, precisamos considerar que a anáfora não se resume a estratégia que retoma diretamente os referentes discursivos.

Quando falamos em retomada explícita, evocamos uma configuração de anáfora marcada pela correferencialidade, ou seja, os itens que formam a cadeia referencial têm entre si uma identidade, de referência, e a retomada deve garantir a continuidade desses núcleos. Isso ocorre por exemplo, na repetição do mesmo item lexical, ou na substituição por pronomes.

Como tentaremos mostrar, a questão pode e merece ser ampliada, sempre sob o respaldo de que a língua é dinâmica e suscetível de adaptação às situações particulares de comunicação. A anáfora, portanto, passa a ser considerada como mecanismo de retomada que não opera só sob o modo da correferencialidade, mas também através de remissão. Para MARCUSCHI:

1. Retomada implica remissão e referenciação
2. Remissão implica referenciação e não necessariamente retomada
3. Referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada discursiva.

(MARCUSCHI, 1998a, p.05)

Observemos que, nesses termos, tanto a retomada quanto a remissão são formas de referenciação. MARCUSCHI (1998a) salienta que a retomada subentende uma continuidade referencial em que ocorre algum tipo de relação direta seja de identidade (correferenciação) ou não identidade ( caso de associação). Vejamos que até mesmo no caso de associações ocorre um movimento de retomada, no entanto nesse

caso não podemos considerar a retomada como sendo total ou explícita. Para MARCUSCHI uma retomada poderá ser total, parcial ou similar.

A retomada total está relacionada à correferencialidade co-significativa. Já uma remissão estará relacionando os elementos mediante alguma associação e sob o modo de inferenciação. Recorre-se a dados co(n)textuais. Nesse âmbito, a remissão pode retomar um aspecto do referente com base no co(n)texto sob uma operação informacional muitas vezes evocada mentalmente.

A retomada, em alguns casos, pode, então, dar-se sob o modo de uma remissão, mas nesse caso não se admite a co-significatividade, o que caracterizaria uma retomada explícita. No caso de uma retomada em que se implica também uma remissão, teríamos uma retomada implícita.

Organizamos esse trabalho prevendo que o percurso para se chegar às discussões sobre estratégias anafóricas implicava uma discussão sobre o conceito de língua. Esse percurso que prevê um tratamento dos processos referenciais, perpassado por uma noção ampla de língua, já é traçado por autores como MARCUSCHI (1998), MONDADA e DUBOIS (1995). Inspirado dos trabalhos desses autores procuramos, através de alguns textos de natureza opinativa, ilustrar algumas relações anafóricas, a fim de corroborar alguns dos pressupostos por eles lançados e discutidos em seus trabalhos.

Para alicerçar a discussão sobre o mecanismo da anáfora propomos, no primeiro capítulo dessa pesquisa, apontar para os fundamentos básicos que possibilitam-nos entender que a anáfora é um fenômeno dinâmico. Procuramos mostrar que, através da interação, a língua é construída como uma atividade social e, por esse viés,

entenderemos que no discurso há possibilidades variadas para se designar um referente.

No segundo capítulo, lançamos um olhar sobre algumas concepções de anáfora. Uma delas, considerada como uma abordagem mais clássica, prevê a retomada explícita de referente, através da repetição do item ou do uso de pronome. Nesse modelo de anáfora, os itens são correferencialmente retomados e, no caso da repetição do mesmo item lexical, mantém-se um vínculo co-significativo.

O que ocorre, entretanto, é que se consideramos que os itens referenciais são objetos de discurso, podemos entender que esse objeto é submetido a mudanças e, por conseqüência, as estratégias de seqüenciação ocorrem de maneiras diversificadas também. Não se restringe, portanto, à anáfora, o movimento de retomada explícita direta. Em alguns casos, como no caso da anáfora indireta a anáfora não se encontra explicitamente vinculada ao item antecedente, mas mantém com ele uma relação através da cognição.

Compreendendo que as estratégias de seqüenciação anafórica podem ser diversas ( não se resumem à retomada explícita) tomamos a abordagem MARCUSCHI (1998a) que relaciona no seu Quadro das Relações Anafóricas, algumas relações anafóricas. Segundo ele, algumas estratégias são típicas no texto oral e outras no texto escrito.

No nosso caso, não tecemos, como faz o autor, um panorama do texto oral e do texto escrito a fim de relacionarmos as possíveis estratégias anafóricas. Entendemos, no entanto que, se um referente pode ter designações diversificadas no transcorrer do

discurso, então são também diversificadas as estratégias pelas quais os anaforizamos. O Quadro das Relações Anafóricas nos inspira nesse sentido.

Por fim, no terceiro capítulo observamos, em textos escritos de natureza opinativa algumas relações anafóricas, a fim de verificarmos se, nesse tipo de texto, ocorrem, de fato, algumas estratégias preferenciais. Não queremos com os exemplos expostos concluir apenas quais as estratégias anafóricas são recorrentes no tipo de texto em questão, mas com elas ilustrar o exposto de que, por se tratar de fenômeno dinâmico e adaptável ao contexto discursivo, os referentes podem ser categorizados ou construídos discursivamente.

Observamos nos textos analisados que a preferência por alguma estratégia anafórica pode estar associada ao estilo e às intenções pertinentes a cada tipo de texto. No nosso caso, observamos que a recorrência de determinada estratégia nos leva a concluir que, para a construção argumentativa do texto prevalece a estratégia que mantém em evidência o tópico discursivo através da correferencialidade, mas com retomadas implícitas que recategorizam os referentes. A recategorização, observamos, parte de uma escolha e de uma intenção do autor para reforçar ou evidenciar seus argumentos.

Enfim, gostaríamos de salientar que as abordagens feitas nessa pesquisa são, antes de mais nada fruto de uma reflexão que se iniciou logo que se deu o contato com as teorias sobre texto. Os estudos sobre diversas tendências, a princípio, não se caracterizaram como uma avaliação crítica sobre esta ou aquela concepção. Algumas delas, no entanto, fizeram-nos entender que texto e linguagem são **exercícios de**



**interação social.** Eis aí o que consideramos como princípio básico, a partir do qual foi possível partirmos para esse trabalho.

## **1 - CONDIÇÕES DE ANÁLISE: subsídios para uma caminhada em direção à referenciação discursiva**

Estaremos, nesta seção, apontando algumas reflexões sobre língua como atividade social. Nossas considerações priorizam uma visão de língua, texto e referenciação como processos dinâmicos, o que nos leva a pressupor que o texto e seus elementos constitutivos, entre eles a referenciação, têm uma dimensão discursiva respaldada por uma concepção sócio-interacionista.

### **1.1 IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO**

O ponto fundamental para nos guiar nessa pesquisa é o entendimento de que pela linguagem interagimos uns com os outros. Linguagem é, acima de tudo ação e qualquer atividade lingüística é uma atividade cooperativa.

KOCH (1997a), apresentando as diferentes concepções de linguagem, diz que a mais antiga das concepções é a que considera a linguagem humana "como representação ('espelho') do mundo e do pensamento"( *ibid.*, p.09); a noção de linguagem passa pela idéia de "instrumento ( 'ferramenta') de comunicação"( *ibid.*, p.09) e, finalmente chega à idéia de "forma ( 'lugar') de ação ou interação"( *ibid.*, p.09) . Sobre essa última concepção a autora considera que: "(...) finalmente é aquela que encara a linguagem como *atividade*, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de ato". (*ibid.*,p. 09)

A partir daí, podemos considerar que todo fenômeno que aciona a linguagem apresenta-se sob o modo da ação, do processo, da construção.

Queremos colocar em foco os conceitos de língua, texto e referenciação, entendendo-os não como produtos, mas como **processos**. Isso sem dúvida é entender que nós, os usuários da língua, intervimos na construção do discurso, com nossas experiências, conhecimentos de mundo, conhecimento lingüístico, enfim, acionamos quanto for possível e necessário nossos conhecimentos tanto para construção quanto para a interpretação de um texto.

Procuraremos evidenciar que a **interação** é importante fator no tratamento da língua, texto e referência e, ao tratar desses tópicos, procuramos enfatizar que referenciar é um fenômeno que pode e deve ser entendido como um processo que surge no discurso e que figura como importante aspecto para a compreensão textual, já que orienta o leitor/ouvinte para o sentido global do texto.

Observamos a referenciação como um dos processos responsáveis pela construção do sentido do texto, na medida em que os referentes são introduzidos e reativados em um “movimento” que constitui a **progressão referencial** no texto.

Gostaríamos de abordar estas e outras questões em situação real, para melhor ilustrar nossos apontamentos. Acreditamos ser pertinente colocar esses fatos numa situação prática para título de elucidação. O texto a seguir trata da posição do autor em relação à propaganda eleitoral. Mais precisamente, o autor visa expressar sua opinião a respeito dos candidatos que “desfilam” nessas propagandas aferindo-lhes um crédito. Vejamos, no texto, como se processam a introdução, e reativação de referente:

## Texto 1

Tão Brasil

1.Rio de Janeiro - Falar mal do programa eleitoral gratuito é um lugar comum. Sou talvez o  
2.único que admire esse desfile de candidatos a prefeito e a vereador. Aprendo muito com  
3.eles e muito me edifico com as soluções que apresentam para os problemas que afligem  
4.nossas comunidades

5.Uns pelos outros, não vejo diferença entre os desconhecidos e os conhecidos. E entre  
6.todos os governantes principais do país, que têm em comum com os candidatos a  
7.vereador a mesma capacidade de atribuir a culpa das desdidas públicas aos outros.

8.Como não acreditar no sujeito que denunciou a falta de algodão e gaze num hospital da  
9.Baixada Fluminense? E o economista desempregado que revelou o lamentável estado das  
10.finanças municipais de Itaperuna?

11.Pelo Brasil afora, o descalabro é geral, mas nada que se compare à cara-de-pau dos  
12.ministros e do presidente da República, que, mesmo sem serem candidatos a vereador  
13.ou a prefeito, botam a culpa das mazelas públicas nas costas dos adversários.

14.Após o escândalo do esquema EJ, o governo como um todo começou a falar em  
15.transparência e em mãos limpas. O tom moralista vai além do ridículo. Afinal, de quem  
16.são as mãos sujas que metem a mão no bolso da gente?

17.Seguramente, não são as do candidato 47.565, que pretende a vereança num município  
18.da bacia hidrográfica formada pelo rio Meriti. Ele descobriu que a mulher de um prefeito  
19.comprou uma Kombi com o dinheiro da merenda escolar. Por causa disso foi demitido de  
20.um cargo e se diz ameaçado de morte.

21.Tão Brasil! Estou solidário com ele. Ouço com atenção e até mesmo com alguma  
22.emoção a voz desse Brasil obscuro que repete em escala microscópica o Brasil que  
23.conhecemos e lamentamos. ( CONY, Carlos Heitor. Folha de São Paulo 02/09/00 –  
seção opinião, p. A2)

Podemos observar que a expressão *programa eleitoral gratuito* é a introdução de um referente e, para reativá-lo no texto, especialmente no primeiro parágrafo, o autor o chama de *esse desfile de candidatos a prefeito e a vereador*. Mais adiante, temos um “resumo” do desfile, designado apenas por *eles*. Sabemos, pelo contexto,

que o pronome “eles” trata de *prefeito e vereador*, personagens principais do desfile que corresponde a *programa eleitoral gratuito*.

A partir daí, queremos colocar com mais evidência o fato de que um referente pode ser apresentado e seguidamente referido no texto de maneira encadeada, ou seja, a informação apresenta-se reativada, a fim de que não percamos a ordem e o entendimento das informações presentes no texto. Estaremos, mais adiante, voltados à exposição dos meios ou estratégias com as quais é possível estabelecer essa relação de encadeamento.

É preciso salientar também que os referentes não são retomados de uma única maneira. Há por exemplo menções feitas a candidatos ora os retomando em termos de coletividade, ora com caráter individual. Sem contar que, para relacionar os problemas brasileiros com quem ( os candidatos ) os denuncia, o autor usa a imagem personificada de Brasil, como aquele que fala, que denuncia.

A referenciação é um dos importantes processos que constituem o texto como todo significativo. Em primeiro lugar porque fornece ao ouvinte/leitor instruções de conexão entre elementos do texto. Em segundo, porque o movimento que se estabelece através das referências contribui para a construção da imagem dos referentes. De certa forma, referenciar<sup>1</sup> significa ativar elementos de natureza lingüística ao mesmo tempo que fornece pistas para o ouvinte/leitor chegar ao sentido do texto.

É o que podemos observar no texto acima com relação ao SN *esse desfile*, que estabelece conexão com o SN *programa eleitoral* e orienta para a imagem que o autor quer estabelecer sobre o referente *programa eleitoral gratuito*. Sabemos,

---

<sup>1</sup> Por ora, usamos os termos *referenciar*, *referenciação* independente de uma significação mais apurada. Mais adiante, veremos que esses termos são dotados de uma significação pormenorizada, seguindo orientação de

mesmo com certo toque de ironia, que *programa eleitoral gratuito* assemelha-se, sim, a um *desfile*. Sabemos, entretanto, que não se trata de uma referência corrente para o evento. Muito estranho nos pareceria dizer “*desfile eleitoral gratuito*”.

Podemos assumir a idéia de que o sentido de *programa eleitoral* foi “trabalhado”, ou seja, a expressão *desfile* foi escolhida especialmente para indicar o tom da ironia. Chamar de *desfile* é uma escolha possível, pois autor e leitor comungam de um conhecimento que permite decifrar não só o significado de *desfile* para o contexto em que foi usado, mas também a ironia subjacente à escolha de um termo não corrente para se referir a *programa eleitoral gratuito*.

Uma das abordagens possíveis para o tratamento da referência provém de novas e/ou amplas concepções a respeito de língua/linguagem/texto, as quais privilegiam os **fatos constituídos na história e nas práticas sociais**. Nossas experiências e conhecimentos adquiridos permitem-nos recuperar o sentido de *programa eleitoral*, ainda que o autor tenha escolhido chamá-lo, num primeiro instante, de *desfile*. O fato de haver uma escolha por parte do autor e de ele contar com o conhecimento do leitor caracteriza uma situação de negociação, não só por esse fato, mas também porque um sentido não é algo prescritivo, ele pode variar conforme o contexto, conforme o leitor, conforme as noções de mundo dos leitores/ouvintes, para citar alguns dos elementos pertinentes a uma situação interativa.

O texto que figura como momento de interação é constituído não apenas pela sua composição material, ou seja, pelos itens lexicais e sua ordenação, mas principalmente por fazer parte de um **processo interativo**. Segundo KOCH,

Poder-se-ia, assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade

verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação ( ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. ( KOCH, 1997 b, p. 22 )

Tanto texto como língua vão ser entendidos como processos que existem a partir da interação. Essa premissa permite articular uma análise da progressão referencial que não se limita à constatação de correferencialidade e nem à concepção de uma relação biunívoca entre língua e mundo.

MARCUSCHI aponta como princípio básico para as análises lingüísticas de natureza sócio-interativas o fato de que “todas as nossas atividades, sejam elas lingüísticas ou não, são sempre contextualizadas, históricas e interacionais e não dependem de representações abstratas ou impositivas diretas de um mundo *a priori* ou de um mundo explicitado objetivamente.” (MARCUSCHI, 2000, p. 02) Ou seja, quando se fala em mundo explicitado objetivamente, podemos abstrair que todos os elementos do mundo real são pré-designados ou pré-definidos, garantidos por uma relação biunívoca entre língua e mundo. Perspectiva essa que aponta para uma noção de língua provida de sentidos pré estabelecidos para aquilo a que queremos nos referir. No entanto, como diz MARCUSCHI, não se pode considerar fatos do mundo ou da língua antecipadamente determinados, sem se levar em conta as experiências, as quais legitimam certa referência.

É necessário esclarecer que, quando falamos em novas e amplas perspectivas, estamos falando sobre autores e estudos que procuram tratar a língua como um fenômeno vivo, pela qual “dizemos” o mundo de maneira contextualizada. Nessa perspectiva, seguem por exemplo MARCUSCHI e INGEDORE (1998), que enfatizam: “a língua é heterogênea, opaca, histórica,

variável e socialmente constituída, não servindo como instrumento de espelhamento da realidade”.( KOCH & MARCUSCHI, 1998, p. 173)

Tais autores procuram evidenciar que a língua não representa o mundo de maneira biunívoca e é nesse sentido que reforçamos o fato de a interação e as práticas sociais serem tão importantes para a concepção de língua como atividade social que justifica tratarmos a referência como processo discursivo. Conforme MONDADA & DUBOIS:

Gostaríamos, sobretudo, de sublinhar que no lugar de pressupor uma estabilidade a *priori* das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão, partindo da instabilidade constitutiva das categorias, ao mesmo tempo cognitivas e lingüísticas, da mesma forma que seus processos de estabilização.

Isto nos leva a deslocar nossa atenção do problema das entidades da língua, do mundo ou da cognição, por meio de uma análise de processos que, constituindo-os, asseguram às entidades uma evidência e estabilidade relativamente grandes. O problema não é mais de perguntar-se como a informação é transmitida, ou como os estados do mundo são representados de forma adequada, mas de perguntar-se sobre como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas estruturam e dão um sentido ao mundo. ( MONDADA & DUBOIS 1995, p 275 – 276 )

Os estudos aqui referidos têm como base concepções sócio-interativas, principalmente no que se refere à noção de língua, e tratam, em essência, de reavaliar o conceito de língua como um código que representa o mundo de forma extensional. Sob a ótica mais tradicional, “diríamos o mundo” de uma maneira objetiva. A língua estaria centrada no código, através do qual referiríamos o mundo, ou seja, o que se pressupõe é uma estabilidade da entidades do mundo. A língua estaria pronta para representar o mundo já que a relação entre ela e mundo seria direta, pois esse existiria a partir de formas discretas, ou seja, para fazermos referência ao mundo, a língua proveria sentidos considerados próprios, efetivos, únicos e distintos.

Sobre estas posições diz MARCUSCHI que:



(...) essa perspectiva caracteriza-se por produzir teorias da compreensão e da produção textual em que, de um lado, está o texto com conteúdos objetivamente inscritos e, de outro, indivíduos que, em condições específicas, podem captar os conteúdos sem maiores problemas. Para estes autores, tanto a linguagem como o mundo estão previamente discretizados e podem ser correlacionados biunivocamente. ( MARCUSCHI: 1999, p. 02)

Baseado principalmente nos estudos de MARCUSCHI, procuramos, então, ter como orientação de pesquisa as concepções segundo as quais **as atividades lingüísticas são atividades interativas.**

Trabalhos que consideram relevante a interação, o contexto, as experiências sociais e históricas, como os de MARCUSCHI (2000,1998), visam tratar a referência como processo discursivo, e preocupam-se, com freqüência, em mostrar que a língua existe como atividade interativa.

Podemos, então, a partir dessa concepção, considerar a referenciação um processo que toma os objetos-de-mundo adequando-os ao contexto discursivo. Isso significa dizer que, não há uma única representação possível desses objetos. Sobre isso MARCUSCHI argumenta:

Não negamos a existência da realidade extra-mente, nem estabelecemos a subjetividade como parâmetro do real, nem damos à linguagem um poder criador de realidades. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma *polaroid semântica*. O cérebro é um aparato que *reelabora* os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Nossa tese é a de que essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Não postulamos uma reelaboração subjetiva, individual, em que cada qual pode fazer o que quiser. A reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. A isto chamamos de *referenciação* segundo sugestão de Mondada/ Dubois ( 1995). ( MARCUSCHI 1998 p. 07 )

Os estudos que assinalam para uma noção de língua como atividade que emerge da interação observam como é problemático considerar a língua unicamente

como código. Como medir ou prescrever o grau de “pertinência” entre palavra e mundo? Como garantir que esta relação seja estável, segura e duradoura? Ou seja, há certa fragilidade em se pensar a língua simplesmente como fator que provê recursos de referenciação direta com o mundo, concepção segundo a qual o uso lingüístico é baseado em um único movimento, o de ajuste da língua aos objetos-de-mundo. Assinala MARCUSCHI que: “A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social. Para os processos referenciais, isto significa que os itens lexicais só obtêm significação plena em sua realização textual, o que exclui uma visão autônoma e essencialista de língua”. (MARCUSCHI, 1998a. p. 02)

Os estudos sócio-interativistas, que consideram a língua como atividade social, procuram incorporar às investigações lingüísticas os fatores constitutivos das ações práticas, a saber: contexto, situação, conhecimento partilhado, intencionalidade, intertextualidade. Queremos dizer que “colocar a língua em funcionamento” não requer apenas o exercício de um conhecimento lingüístico formal. Na verdade, não basta habilidade em articular o formal, o gramatical, Esse é **um** dos conhecimentos necessários para que se efetive o uso da língua e a produção do texto, ou seja, a língua não é simplesmente um código que devemos conhecer para depreender sentidos. Na verdade, é preciso tocar em dois pontos fundamentais:

O primeiro diz respeito ao fato de a língua ser uma atividade social, de modo que não se restringe ao código nem à habilidade ( conhecimento apenas lingüístico) de usá-lo. Mais do que isso, a língua é o fenômeno que se constrói a partir da interação, através de práticas sociais, históricas, ideológicas. A língua passa a ser

valorizada pelo **uso** em contraposição à noção de sistema, difundida principalmente por SAUSSURE, para quem a língua (langue) é uma realidade sistemática.

Outra questão tão importante quanto a primeira é a valorização do **processo de interagir**. É preciso dizer que o relevante é o **como** se interage, como se negociam os sentidos, que recursos lingüísticos surtem melhor efeito, por que esta e não aquela palavra?

Esse “manejo” da língua para fins textuais é que caracteriza a negociação dos sentidos e os ajustes para cada contexto. Na interação, atuamos como jogadores “de um jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior de seu funcionamentos que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo” ( KOCH, 1997a, p. 10) .

Enfim, o processo de dizer o mundo, para o qual a referência tem importante papel, não pode ser considerado algo *a priori*, estático e previsível. As negociações são o ceme da questão e, portanto, o consenso é: a relação **interativamente construída** é que passa a ser valorizada, quando se fala de texto, língua e referência. Essencialmente por que se entende, nessa perspectiva, que a língua e seus constituintes não estão previamente definidos, negociamos os sentidos através de práticas discursivas. Há, então, o pressuposto de que as relações, sentidos e categorias de uma língua são marcados por uma instabilidade, como apontam MONDADA & DUBOIS (1995), para quem “(...) as categorias e os objetos de discurso para os quais os assuntos surpreendem o mundo não são pré-existentes, nem determinados, mas eleboram-se ao cabo de atividades, transformando-se segundo os contextos.” [sem grifo no original] ( ibid., p. 01)

Através dessa concepção, há a preocupação de mostrar que não há correspondência direta e linear entre o mundo e o discurso. As representações lingüísticas não se ajustam pré determinadamente ao mundo.

Torna-se válido apontar que os estudos de MONDADA & DUBOIS se voltam para a concepção de que a língua não pode ser considerada um sistema de etiquetas “que aderem mais ou menos bem às coisas.” ( MONDADA & DUBOIS, 1995, p. 274)

Língua não se esgota no código é uma atividade social, através da qual negociamos sentidos, já que estes não são pré configurados ou definidos. É através dessa prática social que negociamos os sentidos, a fim de estabilizá-los conforme o contexto.

## 1.2 CONCEPÇÃO DE TEXTO

Tentar compreender o texto e fazer com que ele seja compreendido são processos centrais no trabalho comunicativo. Ou seja, sempre buscamos construir e apreender sentidos no intercurso textual. Trata-se de uma prática e não de produto estático. Entendemos, portanto, que a **interação e planejamento** de um texto fazem com que, de maneira especial, os elementos constitutivos da língua sejam escolhidos pelos falantes para que estes exerçam a atividade comunicativa. Pois sabemos (mesmo que intuitivamente) que o ato comunicativo, que resulta no texto, necessita de organização e essa acontece por uma atuação conjunta entre os interlocutores, que planejam as ações discursivas, visando atingir metas (sentidos e compreensão).

Dessa forma, os elementos constituintes da língua são coordenados pelos interactantes, de modo que a interação se efetive. KOCH mostra que: “Definido o discurso como uma seqüência de situações ou eventos em que vários participantes apresentam textos como ações discursivas, Beuagrande & Dressler consideram a atividade verbal como uma instância de planejamento interativo.” [ sem grifo no original] (KOCH,1997b, p. 18).

A noção de atividade social pela qual construímos o texto o prevê a idéia de que os agentes do ato interativo “processam” as informações do mundo real, a fim de organizarem-nas discursivamente, dependendo do propósito e do contexto discursivo em que se dá a construção do texto. Queremos dizer que, como ato interativo, cada texto é particular por conseqüência também de uma situação particular, pela qual é construído. Assim, pensamos que seja coerente entender que a “extração” que se faz do mundo real para fins lingüísticos, pode não ser a mesma para todos os textos. As entidades do mundo são representadas no discurso variavelmente de acordo com a situação de formação de texto, a intenção do autor, o contexto, bem como fatores de ordem sociocultural e interacional

Interessante observar que no texto de Cony, por exemplo, o sentido da informação “escândalo do esquema EJ”<sup>2</sup> demanda conhecimento da situação ocorrida, em que se constitui o tal esquema e acima de tudo: quem pode ser esse tal EJ? Essa é uma extração que se faz de elementos do mundo real para uma circunstância discursiva. O autor pode contar com o nosso entendimento a respeito das iniciais EJ, por conta de uma situação e um tempo de informações em que a maioria do povo leitor do jornal está inserido.

---

<sup>2</sup> EJ é a abreviação de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex secretário geral da presidência que, segundo denúncias, teria montado um esquema para arrecadar fundos para a reeleição do Presidente da República Fernando

Haveria, entretanto a possibilidade de nomear *EJ* pelo seu nome, ou pela função exercida por ele, enfim, queremos evidenciar que uma informação, uma situação real, um objeto ou um dado do mundo real, quando convertidos em discurso não estão necessariamente vinculados a uma única forma de referenciar.

No texto “Tão Brasil”, acionamos, ou somos levados a acionar, vários conhecimentos a fim de entendermos as informações presentes. Esses vários conhecimentos correspondem, por exemplo: ao reconhecimento de estrutura: diferenciamos o texto opinativo do informativo; o lingüístico: quando interpretamos fatores de concordância; o nosso conhecimento prévio: as informações arquivadas sobre os acontecimentos eleitorais, bem como os seus procedimentos. Enfim, de maneira um pouco sintética, isso demonstra que sempre buscamos construir e depreender o sentido de um ato comunicativo, ou texto, acionando não um, mas um **conjunto de conhecimentos**.

KOCH (1997b) assinala para o fato de que “dentro da concepção de língua(gem) como atividade interindividual, o processamento do texto, quer em termos de produção, quer de compreensão, deve ser visto também como uma atividade tanto de caráter lingüístico, como de caráter sociocognitivo”.(ibid.,p. 26)

A mesma autora sugere que três grandes sistemas de conhecimento contribuem para o processamento do texto: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional.

O que pretendemos salientar é que a noção de texto válida para as concepções de referenciação adotadas diz respeito a um evento que reúne fatores de diversas ordens como os citados por KOCH (1997b), em contraposição a uma noção de texto que considera essencialmente os aspectos estruturais,

independentes do contexto e das situações pragmáticas em que estão inseridos.

### 1.2.1 O Conhecimento Prévio.

O conhecimento prévio é utilizado para compreensão de um texto. Podemos observar, por exemplo, que no texto "Tão Brasil" pudemos identificar algumas situações presentes no texto através de um conhecimento adquirido pelas nossas experiências. Sabemos, por exemplo, que em tempos de eleição os candidatos a voto freqüentemente lançam denúncias contra candidatos adversários . Sabemos, através de nossas experiências que para terem vantagem na "corrida eleitoral", esses candidatos usam o recurso de "desmonte" da imagem do oponente.

Para processarmos um texto, ou seja, para depreendermos sentidos, recorreremos aos diversos níveis de conhecimento, que dizem respeito ao conhecimento lingüístico, ao textual e ao de mundo. Esses componentes constituem o conhecimento prévio.

O conhecimento lingüístico permite-nos reconhecer desde uma palavra ao uso de regras de uma língua.

O conhecimento textual, por sua vez, possibilita-nos identificar diversos tipos de texto e/ou formas de discurso. É possível reconhecer a estrutura do texto a partir da marcação formal, através da qual sabemos se tratar de texto dissertativo, narrativo ou descritivo.

O texto que nos serviu de exemplo até agora pôde ser reconhecido como um texto opinativo através do uso de verbos conjugados na primeira pessoa. Outra característica é o efeito argumentativo que o autor imprime no texto.

O conhecimento de mundo, assim como o conhecimento textual e lingüístico,

faz parte do conhecimento prévio. KOCH & TRAVAGLIA ( 1997) consideram que o “o estabelecimento de sentido de um texto depende em grande parte do conhecimento de mundo dos seus usuários, porque é só este conhecimento que vai permitir a realização de processos cruciais para a compreensão”. (ibid., p. 60).

O conhecimento de mundo permite-nos recuperar sentidos, significados que não são explícitos no texto. Trata-se de uma “espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura arquivado na memória” ( ibid., p. 61).

Um texto, portanto, apresenta-se com sentido porque os agentes do ato comunicativo ( escritor/falante; leitor/ouvinte) utilizam vários níveis de conhecimento que, engajados, alicerçam o sentido do texto. Ocorre, portanto, a interação entre os agentes do ato comunicativo, numa situação de cooperação para a criação do sentido texto.

### 1.2.2 Textualidade

Como leitores/ouvintes, reconhecemos um texto porque ele apresenta organização e entrelaçamento entre seus elementos. A essa relação existente entre os vários níveis do texto chamamos de textualidade que é o que promove o reconhecimento de uma seqüência de frases como um texto. É um fator, ou conjunto de fatores, através do qual se constroem e se organizam os sentidos no texto.

BEUAGRANDE & DRESSLER apontam sete fatores responsáveis pela textualidade: a coerência, a coesão, a intencionalidade, a informatividade, a intertextualidade, a aceitabilidade e a situacionalidade.

Coesão é o fator relacionado com o material lingüístico; coerência ao material cognitivo; intencionalidade e aceitabilidade, informatividade, intertextualidade, e



situacionalidade são elementos de natureza pragmática. Qualquer análise que se proponha a fazer a respeito desses itens nos leva a considerar que um texto, como falamos, não se constitui a partir de um único elemento, mas do entrelaçamento de fatores. Como vimos, o formal, o cognitivo e pragmático estão integrados e isso é o que faz com que um texto seja aceito pelos interlocutores como tal.

A coesão, em princípio, foi considerada como fator essencial de textualidade, principalmente na visão de HALLIDAY & HASAN ( 1976), que compreendem o texto como um todo estruturado semanticamente. Isso quer dizer que para que exista um texto e não uma seqüência aleatória de frases, é preciso que haja uma relação de sentidos entre as partes do texto.

Essa relação de sentido corresponde ao fato de que um elemento do texto é interpretado por referência ao outro. A relação entre um elemento e outro se dá através das relações coesivas existentes entre elas. A coesão, portanto, configura, na abordagem feita pelos autores, como fator essencial de textualidade

Mostram alguns autores como KOCH & TRAVAGLIA (1997) que a teoria a respeito da coesão como marca essencial de textualidade não se sustenta. Na verdade, o texto não tem garantida a textualidade apenas pela coesão. Segundo os autores, “hoje já não se aceita mais isto, pois essa afirmação não se sustenta empiricamente, visto que há muitos textos sem coesão que apresentam coerência e são classificados pelos falantes como textos” (ibid.,p. 27). Portanto a coesão, embora represente importante fator de textualidade, não garante a textualidade.

Para HALLIDAY & HASAN ( 1976) a interligação entre partes do texto ocorre através de elos coesivos que apresenta no texto cadeias coesivas como observadas no texto “Tão Brasil”, em: *candidato 47.565 – Ele – ele*. Quando se estabelece uma relação anafórica em que “ele” é interpretado por um dado anteriormente

mencionado ( candidato 47.565 ) no próprio texto, situação ( o fato de estar presente no próprio texto ) considerada endofórica. Observemos ainda outras cadeias presentes no texto em questão:

- programa eleitoral gratuito – desfile de candidatos a prefeito e vereador
- prefeito e vereador – eles – uns pelos outros

Segundo HALLIDAY & HASAN (1976) o fato de estabelecer, no texto, cadeias coesivas como as apresentadas acima é o que justifica que as sequências de frases, conectadas pela existência dessas cadeias seja um texto. Essencialmente porque essas cadeias, fazem parte do pressuposto de que para haver sentido entre as frases de um texto deve haver expressão explícita da relação coesiva. Ou seja, a coesão é vista pela relação de conexão que estabelece.

BROWN e YULE ( 1983 ) consideram que apenas a coesão não garante que um texto seja um texto. A explicitude dos elementos coesivos pode não garantir sentido e coerência textual.

Portanto, a relação semântica entre os termos não precisa necessariamente estar vinculada à marcação explícita da coesão. BROWN & YULE ( 1983 ) salientam ainda que o valor de um elemento coesivo não advém simplesmente da apresentação “física” no texto, mas porque leitor/ouvinte têm outros conhecimentos acionados, não dependendo, portanto, de marcadores formais de coesão para identificarem um texto como tal.

Quando assumimos que processar o texto implica acionar não um conhecimento, mas um **conjunto** deles, passamos a entender, por exemplo, que a *voz desse Brasil* relaciona-se com *candidato 47.565*, ou com o conjunto de

candidatos a prefeito e a vereador, não como simples substituição, mas como fator que fornece instruções sobre o referente e, dessa forma, o movimento que se estabelece com os elos coesivos contribui para que se construa a imagem do referente. Na verdade, passamos a entender que não se trata apenas de uma função de conexão coesiva, mas também de uma **construção discursiva** do referente.

Sob esse último ponto BROWN & YULE (1983) consideram relevante observar que um item não substitui outro simplesmente. Parece não se tratar de um fator mecânico e linear, mas de uma mudança de significação. Esses autores consideram que, além de um movimento anafórico de substituição, ocorre também uma mudança de estado. Essa análise é bastante interessante, pois levanta questões mais abrangentes a respeito da correferencialidade.

MARCUSCHI (1998b) trabalha com a idéia de que não há garantia de textualidade apenas com a retomada do mesmo item e avalia que:

A idéia de continuidade dos referentes, que a referenciação suscita, no caso da construção da progressão referencial no texto, não implica necessariamente retomada dos mesmos referentes, nem sua manutenção completa. Pois o encadeamento referencial organiza-se num sistema de correlação como uma rede multidimensional. Assim, não é uma condição necessária da textualidade a ligação linear de elementos lingüísticos, já que a textualização se dá num processo de multilinearização. Exemplo típico desse aspecto é a anaforização, ou seja, o procedimento anafórico que exige atividades inferenciais intermediárias retrospectivas ou prospectivas para a interpretação. ( ibid.,p. 01)

Queremos mostrar com a colocação de MARCUSCHI (1998b), que a progressão referencial faz parte dos recursos que garantem a textualidade, mas não de forma linear. A retomada de referentes demanda outras habilidades ou conhecimentos que não pertençam a uma única dimensão como o léxico, ou a gramática. Para tecer uma referenciação não se exige apenas a retomada ou

manutenção de um item, o que entendemos ser característica da correferencialidade.

Consideramos importante atentar para o que ele chama de multilinearização, o que certamente corresponde à necessidade de recorrermos a conhecimentos prévios numa progressão que implica na atuação de maneiras diferenciadas de referenciar.

O processo de progressão referencial não tem seus elementos necessariamente presos ao texto de forma lexicalizada (materialização no texto), simplesmente. Ao contrário, algumas análises mostram que há diferentes maneiras e/ou estratégias de se estabelecer referencialidade<sup>3</sup> (como apontadas por MARCUSCHI, MONDADA E DUBOIS). A noção de adequação estrita entre o mundo real e a língua vai sendo dissolvida.

Não deixamos de observar, no entanto, que a organização que se faz das informações no texto é apresentada numa sequencialidade superficial. Dessa forma, podemos dizer que essas informações, entendidas como dados do mundo real, “materializam”-se no texto a partir de certos elementos lingüísticos ( sustentados pela coesão), mas também orientados pelos dados pragmáticos (contexto, conhecimentos de mundo, intenções). Quando tocamos na questão dos dados pragmáticos, seguimos a idéia de que fazer referência aos dados do mundo é uma ação que se dá através de negociações feitas pelos interlocutores. Portanto, deixando de valorizar unicamente os fatores que se apresentam na superfície textual, adotamos uma perspectiva que considerará o uso da linguagem como ações discursivas.

---

<sup>3</sup> No 2º capítulo dessa pesquisa relacionamos, com base em estudo de MARCUSCHI ( 1998a), possibilidades referenciais anafóricas .

Essa concepção que se teve de texto como atividade interativa ampliou o tratamento dado ao texto e proporcionou uma análise do ponto de vista discursivo destas questões. Nesse sentido é que KOCH (1997b) mostra que, segundo BEAUGRANDE & DRESSLER, o discurso é tido "como uma seqüência de situações ou eventos em que vários participantes apresentam textos como **ações discursivas**." (ibid., p. 18).

Mais uma vez é preciso dizer que o caráter interativo sob o qual se organiza o texto é preponderante. Ou seja, procura-se levar em conta que a articulação dos elementos que compõem a textualidade não se dá apenas no nível formal, superficial, mas, também, como uma construção discursiva entre interlocutores/mundo/linguagem.

O caminho que procuramos traçar até aqui serve como justificativa para o tratamento que se pretende dar ao processo de referenciar. Isso corresponde a assumir os legados de processo sócio-interativo em que tanto texto como língua estão inseridos. As referências presentes em um texto sofrem um processo discursivo, ou seja, quando depreendemos um sentido no texto, ou mesmo quando o formulamos para nosso interlocutor, não restringimos ao material formal a expressão dos sentidos pretendidos.

Até aqui, tentamos levantar algumas reflexões que dão condições para que tratemos a referenciação, em que a anáfora figura como discussão central, sob o ponto de vista da construção discursiva. Estaremos, a partir de agora, empenhados em abordar as questões de referência anafórica, sustentados por alguns dos pressupostos levantados até aqui.

### 1.3 A PROGRESSÃO REFERENCIAL

A progressão referencial corresponde, na fala de MARCUSCHI (1998a), à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomadas de referentes textuais, “movimentos” que envolvem certas estratégias, como **designações**, **inferenciações**, **construções referenciais**, com as quais mantém-se ligação entre os referentes.

Entende-se por progressão referencial a operação por meio da qual um objeto é selecionado e retomado<sup>4</sup> no texto através de algumas estratégias de referenciação. Nesse sentido, MONDADA & DUBOIS (1995) e MARCUSCHI (1998a) consideram que o uso do termo referenciação requer uma “refinação conceitual”, pois entendem que a rede de relações referenciais (que formam cadeias) progride no texto, o que justifica, segundo os autores, serem mais adequadas as expressões **referenciação** ou **processo de referenciação** que a tradicional referência. Isto porque, segundo eles referenciar não significa apenas retomar um elemento do texto correferencialmente.

Se observarmos mais uma vez o texto de Cony (p. 16), poderemos constatar que uma cadeia referencial progride no texto de formas variadas, no sentido de que não se remete ao item referido sempre da mesma forma ou com o mesmo recurso.

Destacamos do texto as seguintes cadeias referenciais:

(I) Programa eleitoral gratuito - esse desfile de candidatos a prefeito e a vereador

---

<sup>4</sup> Tradicionalmente, a retomada de um elemento no texto era considerada como uma operação de correferencialidade. Haverá, a seguir uma discussão sobre tal idéia.

(II) *candidatos a prefeito e vereador* – eles – uns pelos outros – os desconhecidos e os conhecidos – *candidatos a vereador* – sujeito que denunciou (...) – o economista desempregado.

Como podemos observar, a progressão referencial pode envolver elementos com designações diversas. O que queremos salientar é que, nem sempre, para se manter uma relação de continuidade, faz-se necessário uma retomada explícita de referentes, que ocorre, por exemplo, sob o modo da repetição do mesmo item.

A partir dos exemplos acima, evidenciamos que, para se dar a progressão referencial, o item referido pode ser retomado por outras designações como ocorre, por exemplo, em *candidatos a prefeito e a vereador* → *os conhecidos e desconhecidos*.

Notemos ainda que, a partir do elemento *programa eleitoral gratuito* se faz, no decorrer do discurso, “extrações” diferentes desse conjunto. É bastante interessante observar que ora *programa eleitoral gratuito* é tomado como uma generalização como *esse desfile de candidatos a prefeito e a vereador*, ora o conjunto é particularizado pela menção de elementos que remetem à idéia de programa eleitoral, como nas designações *candidatos a vereador, sujeito que denunciou (...), o economista desempregado*.

Lembremo-nos ainda que as ligações muitas vezes ocorrem porque recorremos a conhecimentos prévios e, a partir dele entendemos que *o economista desempregado* faz parte do rol dos candidatos. Estabelecemos essa ligação porque o conjunto de informações presentes no texto nos orienta para o fato de que o economista em questão é um candidato, é o indivíduo que “revelou o lamentável

estado das finanças municipais de Itaperuna” e associamos, através de um conhecimento de mundo a relação candidatos/denúncias.

A progressão referencial, como vimos, é um processo dinâmico, porque admite negociações a respeito das designações concernentes aos referentes que dela fazem parte. Para MONDADA & DUBOIS ( 1995) referir significa **negociar** e não **corresponder**, e os referentes são **objetos-de-discurso**, pois têm os sentidos construídos para determinada situação discursiva ao invés de servirem para representar o mundo de forma extensional. Como mostra MARCUSCHI (2000 a)

A segunda<sup>5</sup> posição, que postula os referentes como **objetos do discurso** é a mais recente e liga-se de modo especial às teorias sócio-interativas preocupadas de modo especial com o aspecto dinâmico, histórico, social e não transparente da língua. Não se nega que exista o mundo extra-mente, mas não se adota uma relação biunívoca entre esse mundo e uma linguagem representacional desse mundo. Também não se nega que haja uma mente que elabora “conteúdos mentais” úteis e intersubjetivamente comunicáveis, mas que estes conteúdos não são determinantes dos objetos de discurso. Neste caso, a referência equivaleria a um “falar de”, sem uma preocupação com a verdade e a existência. ( *ibid.*,p.13)

Considera-se, portanto, que a progressão referencial é processo que organiza sentidos no texto. Este termo “organizar” relaciona-se ao fato de a referência não se relacionar com elementos estabilizados, pré existentes no mundo real (ou extra-mente). Tudo ocorre ao cabo de um **contexto** e uma **situação específica** e, sob estas condições, é que se organiza o processo de referenciação no discurso.

---

<sup>5</sup> Marcuschi aponta três noções de referência, situadas em bases teóricas diversas. A primeira diz respeito a uma noção extensional, presente em estudos lógico-semânticos. A terceira está relacionada a várias perspectivas teóricas, entre elas a de uma noção de língua ligada à mente ( naturalismo hipotético) e outra, mais pertinente para essa discussão, de



#### 1.4 REFERENCIAÇÃO E NOÇÃO DE LÍNGUA.

MARCUSCHI (1998a) ressalva que uma análise dos processos de referenciação implica numa concepção ampla de língua. Isto quer dizer que a língua não deve ser entendida/tratada meramente como código, pelo qual designamos as coisas do mundo real de forma direta, extensional e biunívoca.

MARCUSCHI aponta para a importância de se avaliar a língua como uma "atividade" cognitiva, trata-se muito mais de um fenômeno que existe a partir de práticas sociais. A importância está em observar como "praticamos" a língua e não se a usamos como um aparato pronto e acabado. Se pensarmos a língua como uma prática e não um aparato, entenderemos que, no discurso, os sentidos dos referentes são elaborados para o contexto em que estão inseridos. Isto significa dizer que não há um sentido pronto, mas um sentido construído para dada situação.

O principal contraponto entre a noção de língua como código e língua como atividade é que à segunda correspondem ações que criam sentidos, enquanto que à primeira os sentidos são/estão supostamente pré determinados/ pré-estabelecidos.

Portanto, voltamos nossa atenção para uma língua que não se governa por si mesma, mas que se realiza sob e/ou através de agentes externos, como os sociais e históricos. É segundo essa avaliação que língua é tomada aqui como um importante elemento de interação e construção social. Essa perspectiva faz parte do que MARCUSCHI (1998 a) chama de pressuposto da indeterminação lingüística: "a língua caracteriza-se como atividade, não um sistema autônomo que se esgota no código. É heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em consequência,

o princípio de indeterminação em todos os níveis de funcionamento da língua é constitutivo e a determinação se dá no uso efetivo.” (ibid.,p.3-4)

Podemos observar que os sentidos são construídos na/através de atividades interativas. O mundo real é “elaborado” conforme o repertório de nossas experiências, conhecimentos e intenções. É aí, neste ponto, que passamos a identificar língua como uma atividade social que é **articulada** para determinado fim. Esta articulação só pode existir **no e pelo** discurso. Portanto, o uso efetivo da língua é que pode gerar sentidos que, na verdade, não pré-existem, mas que são construídos.

Apenas para exemplificar, observemos no texto “Tão Brasil” que o autor, para se referir aos políticos envolvidos em escândalos de corrupção, usa as expressões “*as mãos sujas*” e “*metem a mão*”. Observamos que os sentidos apresentam-se em conformidade com o contexto e a intenção do autor. Parece claro que a expressão “mãos sujas” não se refere com objetividade ao estado de mãos que não estão limpas, no sentido “higiênico” da questão. Sabemos que se trata de expressão pela qual designamos atos ou pessoas não muito louváveis, geralmente vinculadas a situações não muito éticas. O autor faz essa escolha porque conta com o conhecimento do leitor sobre o sentido que as expressões evocam.

Estes são apontamentos congruentes para a questão do contexto, do processamento cognitivo ( que neste exemplo diz respeito ao fato de termos na memória o conhecimento da expressão “mãos sujas”, e a ligação que ela tem no contexto).

É importante entender que para a concepção de língua adotada por MARCUSCHI, MONDADA & DUBOIS os sentidos são negociados e isso se dá a partir da interação. No caso assinalado acima, por que não o uso da expressão “os

ladrões que roubam nosso dinheiro”? Eis aí uma questão de escolha e o autor do texto sabe que pode contar com o conhecimento que permitirá a seu interlocutor acessar o sentido de “mão sujas”, situação gerada na interatividade. Segundo MARCUSCHI (2000a) “O que temos é um contexto de interação cooperativa num domínio de relações lingüísticas e não um contexto de representações de ordens diversificadas. Mais do que uma relação direta linguagem-mundo, a referência é nestes casos, um *papel funcional* da linguagem em operações interativas e colaborativas que mantemos com o mundo”. [sem grifo no original] (ibid., p. 11).

A interatividade é entendida como situação de intercâmbio entre escolhas do autor e interpretações do interlocutor. Devemos observar que essa situação pode se apresentar de forma diversa em situações de discurso oral e de discurso escrito, vale dizer que cada estilo apresenta estratégias próprias de interação e processos de referenciação.

Há, também, outro valor para o termo interatividade, especialmente válido para a concepção adotada. Quando se dá o processo de referenciação muitos fatores são acionados, ou seja, o contexto, o conhecimento prévio, o exercício cognitivo de reconhecimento da expressão foram elementos “interativamente” acionados.

## 1.5 O PRINCÍPIO DE INSTABILIDADE

MONDADA & DUBOIS (1995) assinalam que a língua pode ser considerada como fenômeno “indeterminado”, no sentido de que não se apresenta como algo pronto ou pré concebido. A idéia principal é entender que, no mundo, os objetos não possuem um único sentido, ou uma única significação, e a língua nesse caso não é

um instrumento de adequação com os objetos do mundo. Mais do que isso, é um mecanismo de adequação discursiva e contextual. Nesse enfoque, portanto, a interação é o meio por onde se negociam os sentidos para os objetos do mundo, determinando, assim, um sentido possível, adequado para dada situação discursiva.

Uma noção estrita de referenciação concebe os sentidos como algo fixo e a língua como recurso que está pronto para se ajustar aos elementos do mundo real. Entretanto, segundo MONDADA & DUBOIS (1995) a língua não é estática, ela existe a partir das atuações interativas. Desse ponto de vista, portanto, ela é instável/indeterminada e o que ocorre quando os referentes encontram-se “escolhidos” e adequados para determinado contexto é um processo de estabilização, uma estabilização, portanto *ad hoc*, pois os interlocutores processam um sentido que esteja em conformidade com o contexto, adequado à determinada situação

De acordo com a visão segundo a qual os objetos são construídos através de práticas discursivas, originando, então objetos de discurso, as categorias com as quais os sujeitos “abordam” o mundo, ou seja, falam sobre ele, não são pré-existentes, mas elaboradas na atividade discursiva conforme certo contexto.

Portanto, a correspondência entre palavras e coisas não se dá por relação direta, neste caso, não é pré-existente. O poder referencial da linguagem não é medido pela capacidade de relacionar de forma direta palavras e coisas. KOCH & MARCUSCHI (1998) salientam que:

(...) o léxico, como bem observou Wittgenstein, não é um instrumento de etiquetagem da realidade. Dizer o mundo não é o mesmo que dar nome às coisas. O discurso não é um simples produto de relações linguagem-mundo. (...) Isto faz com que seja mais importante identificar o conjunto de estratégias que tornam a referenciação possível no discurso e através do discurso do que simplesmente montar um esquema de correspondências lexicais adequadas. ( *ibid.*, p. 177)

MONDADA & DUBOIS (1995) mostram ser possível partir de um pressuposto de instabilidade constitutiva de língua. Nesse sentido, o mundo e seus objetos não têm um único sentido. Segundo as autoras:

Pode-se considerar que as ciências cognitivas reatualizaram esta questão, com seus pressupostos e suas dificuldades: os problemas confrontados pelo tratamento artificial das línguas naturais (seja em tradução automática, a propósito do diálogo homem-máquina, ou robótica) revelam a dimensão problemática de um modelo baseado em um "mapping" das palavras e das coisas, que avalia as performances discursivas, medindo-se seu grau de correspondência com o mundo exterior. Este ponto de vista pressupõe que um mundo autônomo analisado em objetos ou "entidades" existe independente de todo objeto que se refere a si e que as representações lingüísticas são instruções que devem ajustar-se adequadamente a este mundo. (ibid., p. 274 – 275)

O mundo pode ser representado no discurso em função de práticas sociais, históricas, cognitivas e lingüísticas. Não se determina, sem o contexto, qual a possibilidade de designação de um objeto do mundo real. Os sentidos são elaborados pela interação, quando negociados a partir de concepções individuais e públicas do mundo.

Nesse sentido, as categorias são geralmente instáveis, variáveis e flexíveis. Tais características são válidas e se trata de perspectiva bastante produtiva quando se considera a idéia de instabilidade, porque permite reconhecer que as categorias com as quais descrevemos o mundo podem adequar-se ao discurso sem que isso represente uma "transgressão" ou fuga de um sentido estrito ou pré-determinado.

No discurso, as categorias são estabilizadas e isso corresponde dizer que, conforme a situação ou contexto esse ou aquele sentido podem ser mais adequados à construção de um sentido global do discurso. Tal observação recai em outro aspecto levantado por MONDADA & DUBOIS (1995) que ressaltam haver várias

categorias possíveis para identificar um objeto do mundo real. À medida que os interlocutores interagem, sabem adequar ao contexto uma categoria apropriada.

No texto abaixo observamos como a questão da instabilidade encontra, no contexto, a estabilização.

#### Texto 02

1. A lenda de Papai Noel é baseada em São Nicolau, o bom velhinho que, nos dias de hoje,  
 2. virou um símbolo de consumo. Veja que coincidência, nós aqui no Brasil, também temos o  
 3. nosso velhinho, só que o mau, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, também um símbolo de  
 4. consumo. São Nicolau, para dar alegria aos outros, tem de estar livre, solto, enquanto o  
 5. nosso Nicolau, para dar alegria aos outros, tem de estar preso. Terceiro Mundo é assim  
 6. mesmo: até o Nicolau do Primeiro Mundo é melhor que o nosso! (MIGLIACCI, Maximiliano. Folha de São Paulo 26/12/00, seção Painel do Leitor, p.A3)

Nesse texto, o autor aponta as designações possíveis para a expressão *Papai Noel*, entre elas: *São Nicolau* e *bom velhinho*. Embora, no texto, os termos apareçam como complementação um do outro, sabemos que a recuperação da idéia de Papai Noel se daria com facilidade se apenas a expressão *São Nicolau* ou *bom velhinho* fossem usados. Podemos considerar essa relação fácil (ou aparente) para alguém como nós, leitores adultos, mas talvez não o seja para uma criança de três anos, para quem possivelmente o termo *São Nicolau* não tem a menor possibilidade de estar relacionado a *Papai Noel*.

Bem, quanto a esta questão podemos dizer que as categorias realmente não são pré estabelecidas, mas constituídas através de práticas sociais e históricas, no discurso. Fazer referência ao mundo real envolve o conhecimento individual, mas também o conhecimento socialmente construído. Para falar sobre isso, parecem ser bastante pertinentes as afirmações de MONDADA & DUBOIS (1995) que

consideram as categorizações existentes nos processos de referências um processo que se desenrola no interior das interações individuais e sociais com o mundo e os outros. As autoras afirmam que:

Nosso argumento consiste em dizer que a “estabilidade” resulta, de fato, de um ponto de vista realista, que religa as categorias a propriedades do mundo – como se a objetividade do mundo produzisse a estabilidade das categorias – ao invés de religá-las a discursos sócio-históricos e a procedimentos arraigados culturalmente. Se, por outro lado, adotamos o segundo ponto de vista, não estaremos surpresos em ler que a cenoura transformou-se de raiz, ou de legume, em fruto, por decisão da Comunidade Européia, em 1º de janeiro de 1991. Tal decisão foi tomada para permitir a Portugal exportar sua geléia de cenouras, respeitando a definição categorial legal jurídica de geléia, que é uma conserva de purê açucarado de frutas ( Pelt, 1994: 45). Assim, a administração pode impor uma transformação categorial, mesmo que o conhecimento científico continue a considerar a cenoura como uma raiz, e as práticas alimentares, como legume. (ibid., p. 282)

O autor do texto também relaciona a imagem de Papai Noel com *símbolo de consumo* e faz uma referência cronológica ( *com os dias de hoje* ) a fim de delimitar que tal imagem certamente faz parte de um período histórico delimitado. Interessante, porque o autor tem o cuidado de não levar para a generalização uma noção contemporânea de Papai Noel decorrente de certos fatores socioculturais. Mesmo porque, em primeira instância, acredita-se que São Nicolau ( que inspira a criação do Papai Noel) não se preocupasse com o consumismo, mas em dar alegria a algumas crianças através de alguns presentes.

Para MONDADA & DUBOIS (1995) “as categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, ao mesmo tempo sincrônica e diacronicamente: seja nos discursos ordinários ou nos discursos científicos, elas são plurais e móveis; são controversas antes de serem fixadas normativamente ou historicamente” ( Ibid.,p. 278). Ou seja, as categorias sofrem as intervenções de procedimentos sócio-cognitivos, de forma que depreender o mundo real representa-se muito mais como objetos sociais que

objetos físicos. Dessa forma, torna-se possível compreender como as categorias podem se apresentar de formas diferentes em contextos diversos. Como apontam as autoras, os objetos do mundo real não apresentam propriedades “essenciais” e “intrínsecas”, já que variam conforme o contexto e casos típicos, torna-se, portanto, mais produtivo pensar em termos de instabilidade desses objetos.

No texto acima, percebemos que o autor estabelece a ligação entre a lenda de São Nicolau e o Juiz Nicolau dos Santos Neto. A ligação, no entanto, não se dá apenas pela correspondência dos nomes, mas essencialmente por dois pontos em comum: por serem um dos referentes símbolos de consumo e por representarem alegria para o povo. Ligação que ocorre por intervenção de um conhecimento construído a partir das histórias e práticas sociais. Através de uma categorização “mais padrão”; Papai Noel e consumo, parte-se para uma segunda categorização, mais estilizada, mas de acordo com a construção de um argumento crítico, por parte do autor, sobre o ex Juiz Nicolau.

Uma outra observação interessante é a categorização *bom velhinho*, que por tradição, e mais uma vez podemos nos reportar para a evolução diacrônica que as categorias podem sofrer, refere-se a Papai Noel no contexto discursivo em questão. No entanto, poderíamos imaginar um contexto discursivo no qual o referente não representasse Papai Noel. *Bom velhinho* poderia representar um indivíduo idoso qualificando-o como *sendo bom*. Ou ainda fazer uma referência ao ex Juiz Nicolau como o *bom velhinho* em roubos e falcatruas. Nesse sentido, é que se levanta a hipótese de que as categorias “aderem” ao contexto como categorias *ad hoc.*, como salientam MONDADA & DUBOIS (1995)



É bastante importante observar, como o fazem MONDADA & DUBOIS, que as anáforas, dentro do processo de referenciação, especificam de maneiras diferentes uma categoria anteriormente introduzida, como por exemplo na frase:

*Enquanto Papai Noel encanta as crianças, muitos pais se vêm atormentados por esse **símbolo de consumo**, sempre presente na data mais esperada do ano.*

Do ponto de vista sócio-cultural, de conhecimentos compartilhados, há adequação ao contexto porque mesmo sem contar com informações pontuadas formalmente no texto, ou seja, informações co-textuais, estabelecemos cognitivamente ligações entre Papai Noel/ Natal/ presentes/ gastos exagerados. E, do ponto de vista lingüístico, "(...) as categorias podem ser reavaliadas e transformadas, misturando diferentes domínios, como nas metáforas, as recategorizações ou as metalepses" ( MONDADA e DUBOIS 1995, p. 280), que ocorrem quando uma informação passa a ser avaliada de diferentes perspectivas. Portanto, o ponto em destaque nesses casos é o de assumir que a mudança de contexto pode acarretar recategorizações.

No texto acima, pudemos observar um processo de referenciação desenvolvido pelo contraste entre duas imagens. A primeira é colocada como uma descrição canônica que se aproxima da maior parte da expectativa quando o assunto é Papai Noel. Depois, ocorre o contraste entre essa imagem (São Nicolau) e a segunda ( ex juiz), que corresponde a um outro velhinho (Juiz Nicolau) que, na crítica, torna-se uma recategorização para Juiz Nicolau.

Temos portanto dois indivíduos que compartilham, até certo momento dos mesmas características.

Ambos são: *Nicolau/velhinho/símbolo de consumo.*

Toma-se São Nicolau como uma categoria que serve de base para a comparação. Em seguida, operam-se algumas modificações que fazem com que a segunda entidade passe do ponto das semelhanças em direção a outro ponto, o das diferenças:

<u>São Nicolau</u>	≠	<u>nosso (ex. juiz) Nicolau;</u>
↓		↓
o bom .....		o mau;
livre .....		solto;
1º mundo.....		3º mundo;
melhor .....		pior

Para Juiz elabora-se uma recategorização de Nicolau dos Santos Neto, a partir de uma categoria mais estereotipada de São Nicolau.

As congruências e as incongruências entre os dois “velhinhos” permitem uma exploração das potencialidades lingüísticas, bem como das representações cognitivas socialmente partilhadas da realidade, nesse caso, em relação a São Nicolau e ao ex. juiz Nicolau dos Santos Neto. A referenciação, então, ocorre a partir de uma **construção colaborativa** de objetos-de-discurso. Como salientam MONDADA & DUBOIS:

O discurso aponta explicitamente para a não correspondência entre palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição desta distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis – a melhor adequação sendo construída em meio à transformação discursiva. Interpretamos estas retrações, como indicadores de um processo de ajustamento das palavras que não se faz diretamente, em relação ao referente no mundo, mas ao quadro contextual, a fim de construir o objeto-de-discurso, no curso do processo de referenciação em si mesmo. (MONDADA & DUBOIS, 1995, p. 287)

Sabemos em que ponto podemos nos referir aos velinhos pelas semelhanças e em que altura recorreremos às particularidades de cada um para poder reconhecer qual é o bom e qual é o mau velinho.

No discurso, há uma escolha possível e/ou adequada para determinada situação discursiva e, nesse sentido, a capacidade de os interlocutores negociarem sentidos, lançando mão tanto de conhecimento lingüístico como histórico e social, é bastante valorizada.

## 2 - A PROGRESSÃO REFERENCIAL ATRAVÉS DA ANÁFORA

Entender língua como dimensão discursiva na constituição da significação possibilitou o reconhecimento de que no texto os referentes constituídos pela ação discursiva tornam-se objetos-de-discurso. Através da interação, da atividade discursiva é que se constroem os referentes. É com uma visão adotada de língua como atividade social que se analisa uma das formas de organização de texto: a progressão referencial

A progressão referencial também pode ser compreendida como continuidade referencial ou referenciação discursiva. No discurso, as configurações tanto dos referentes (objetos-de-discurso) como das estratégias que ligam os referentes são determinados intradiscursivamente. Isto porque "a idéia de continuidade dos referentes, que a referenciação suscita, no caso da construção da progressão referencial no texto, não implica necessariamente retomada dos mesmos referentes, nem sua manutenção completa." (MARCUSCHI, 1998b, p. 01).

Nesse capítulo, observamos o processo referencial da anáfora. Como levantamos questões a respeito da dinamicidade de língua, somos guiados a reconhecer que o processo anafórico ocorre por variadas possibilidades estratégicas, caracterizando-se também como mecanismo dinâmico.

Num primeiro momento, achamos ser interessante apontar alguns pontos a respeito da anáfora direta, para a partir dela entendermos o contraponto existente entre esse tipo de anáfora e anáforas não correferenciais.

Visualizando em que basicamente se distinguem as anáforas correferenciais das não correferenciais, passamos a observar um quadro de relações anafóricas,

apontado por MARCUSCHI ( 1998a ), em que estão elencados, pelo autor, algumas estratégias de relações anafóricas. Essa observação faz bastante sentido depois de contrapormos os dois tipos básicos de anáforas, pois através da constatação de que a anáfora não se resume a um processo de retomada correferencial compreendemos como outras possibilidades anafóricas ocorrem.

## 2.1 UM MODELO DE ANÁFORA BASEADO EM CORREFERENCILIDADE: ANÁFORA DIRETA.

Sem dúvida, sabemos que para processarmos um textos contamos com o fato de que seus elementos apresentam-se relacionados através de elos, que fazem com que o sentido do texto seja construído.

A anáfora corresponde ao fenômeno que serve “para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial” (MARCUSCHI, 2000b, p. 03).

Anáfora é um processo que evoca muitas reflexões a respeito de conceito, pois é ainda “título genérico para um grande emaranhado de problemas”(ILARI, 2000, p. 01). Situação que faz gerar vários estudos sobre o assunto a respeito de alguns aspectos, terminologias e concepções.

Uma das concepções mais conhecidas de anáfora consiste em reconhecê-la como processo que retoma referentes previamente introduzidos no texto. Sobre esse enfoque, podemos citar as discussões de HALLIDAY & HASAN ( 1976), para quem o

princípio básico de conexão estava aliado à correferencialidade. Ou seja, um termo para ter sentido estava vinculado a outro termo. Dessa forma, um conjunto de sentenças seria um texto pelos laços coesivos estabelecidos, que, então “amarram” essas sentenças. Era o que se demonstrava com o clássico exemplo das maçãs de HALLIDAY & HASAN: *Wash and core six cooking apples. Put them into a fireproof dish.* (Lave e tire os caroços de seis maçãs cruas. Coloque-as num prato refratário), em que para se interpretar o pronome “*them*” (coloque-“as”) precisamos do item anterior “*six cooking apples*” ( seis maçãs cruas).

Um dos critérios levantados por HALLIDAY & HASAN (1976) diz respeito à relação intrínseca que se deve desenhar entre as partes do texto, a fim de estabelecer uma rede, denominada tessitura. A correlação entre os elementos se dá por retomadas anafóricas (ou catafóricas) que essencialmente remontam ao termo previamente introduzido. Nessa perspectiva, consideram que, quando um termo é retomado por elemento anafórico ou antecipadamente acionado por um elemento catafórico, configura-se uma identidade entre os referentes, ou seja, o elemento anafórico ou o elemento catafórico tem uma função substitutiva, em sentido genérico, do elemento retomado, no caso da anáfora, ou antecipado, no caso da catáfora.

Observemos que esse tipo de enfoque presume que a anáfora<sup>6</sup> tem uma relação de correferência com seu antecedente. É possível observar que o movimento de retomada, configurado por esse tipo de anáfora, é linear, ou seja, a progressão referencial ocorre desde que a presença do referente e do referidor (anáfora) estejam pontuados na superfície textual.

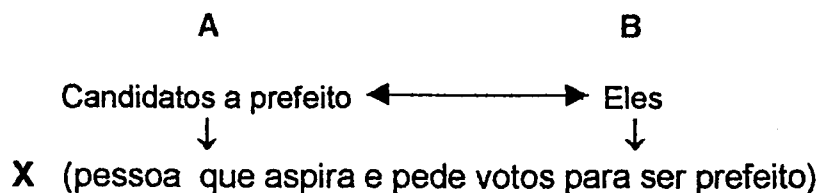
---

<sup>6</sup> Tomamos a anáfora como enfoque principal, partimos, então, a usar apenas esse termo.

Esses enfoques mais clássicos apontam a anáfora como uma estratégia referencial tipicamente marcada pela correferencialidade em que essencialmente um referente retoma o outro.

Essa concepção de anáfora correferencial é considerada por alguns autores como anáfora direta (Cf. MARCUSCHI, 2000b), em que “parece haver uma equivalência semântica e sobretudo de identidade referencial entre anáfora e seu antecedente. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado.” (ibid.,p. 03)

A implicação que a noção de correferencialidade projeta é: se um item A evoca X do mundo real, então B que retoma A também evocará o mesmo X do mundo real. É como se os referentes fossem “cúmplices” na captação do mesmo objeto real. Ex.:



Esse tipo de enfoque leva a considerar algumas classes de palavras funcionalmente anafóricas. É o que ocorre, por exemplo, com os pronomes, a partir dos quais pressupõe-se uma continuidade referencial explícita.

Na verdade, como mostram KOCH & MARCUSCHI (1997), entre outros aspectos, é que nem os pronomes são a única fonte de relação anafórica nem exigem a explicitude de um antecedente posto no texto. MARCUSCHI cita o exemplo: “estamos pescando há mais de duas horas e nada, porque eles simplesmente não mordem a

isca". ( MARCUSCHI, 2000b, p. 12), para explicar um tipo de anáfora (que logo abordaremos): a anáfora indireta. Por ora, gostaríamos de mostrar que, no exemplo citado, o pronome não retoma de forma direta nenhum referente anteriormente posto no texto. O que ocorre, na verdade, é uma ativação de referente acionado por um domínio cognitivo, ou seja, presumimos, a partir de gerenciadores de idéias que são "pescando" e "mordem a isca" que "eles" só pode estar relacionado a peixes.

Bem, se admitimos que a língua não é espelho do mundo, ou pelo menos não é medida como se fosse, entendemos que os referentes tornam-se especiais, no sentido de próprios e particulares para cada situação discursiva. É preciso então adotar uma noção mais abrangente de anáfora. Ou seja, numa progressão referencial de base anafórica, a correferencialidade não é o critério fundamental para a identificação da anáfora. Para MARCUSCHI:

(...) esta visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda a sua complexidade, pois nem sempre existe congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente; nem toda a anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente: a anáfora envolve centralmente um processo inferencial complexo. Mesmo no caso da AD não se requer identidade de significação nem identidade estrita entre a anáfora e antecedente. Ao contrário do que se postula, o caso da anáfora correferencial não é paradigmático e o pronome não é uma classe de palavras tipicamente anafórica. [sem grifos no original] (ibid.,p, 03)

A noção mais tradicional do fenômeno pode dividir espaço com outras possibilidades de progressão anafórica para as quais as inferências são cruciais. Passa-se a compreender que a anáfora pode ser identificada no texto não só por informações lexicalmente pontualizadas, ou seja, a marcação explícita entre referente



anafórico e seu referente antecedente não é condição imprescindível para que se dê a relação anafórica.

Além do mais, à medida que o discurso é produzido, os referentes podem ser transformados, modificados, acrescidos em qualidades ( predicções ) e, portanto, um referente pode não ser designado, no decorrer do texto, da mesma maneira como foi apresentado quando introduzido no texto. A conclusão proeminente a respeito dos referentes é que eles se enquadram à situação discursiva particular.

A consequência maior a respeito da constituição discursiva do referente recai no fato de que há uma variedade de estratégias para designá-los. A progressão referencial, com base em referentes discursivos, não demanda apenas estratégias de retomada correferencial em sentido estrito. Pois, se considerarmos apenas a correferencialidade não veremos as distinções existentes em cada referente.

## 2.2- A ANÁFORA NÃO CORREFERENCIAL

Nosso objetivo é apontar que a anáfora direta não é a possibilidade única de marcação anafórica. Toda a discussão apontada a respeito de língua como fator instável e referenciação como um processo legítima a constatação de que progressão anafórica não implica necessariamente a correferência explícita. Segundo KOCH & MARCUSCHI ( 1997):

A retomada anafórica é a estratégia de progressão discursiva mais estudada e conhecida, mas não de todo compreendida e provavelmente mal-compreendida. Em primeiro lugar, a expressão retomada nem sempre designa uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico. Em segundo lugar, a noção de anáfora é aqui enriquecida e ampliada e não diz

respeito apenas a relações estabelecidas por pronomes, mas por nomes e outras categorias.” (ibid.,p. 179)

Como vimos, a noção de anáfora como expressão que reporta a um termo já presente no texto é uma idéia mais clássica, cuja interpretação do fenômeno presume o envolvimento da continuidade explícita, e tem a correferencialidade como principal característica. Esses tipos de anáforas, como assinala MARCUSCHI (2000b) são consideradas anáforas diretas.

### 2.2.1 A ANÁFORA NÃO CORREFERENCIAL: ANÁFORA ASSOCIATIVA / ANÁFORA INDIRETA

A anáfora, como veremos, não ocorre necessariamente por retomadas correferenciais. Além disso, a discussão a respeito de anáforas suscita aspectos sócio-cognitivos relevantes para constituição do processo anafórico. É bastante interessante atentar para o fato de que as anáforas não correferenciais operam no discurso através de uma ancoragem, muitas vezes sustentada por conhecimentos cognitivamente acionados. Não há nesse caso, a necessidade da retomada explícita, do vínculo direto entre o elemento anafórico e o termo antecedente.

É preciso dizer que a anáfora pode ocorrer sem que haja um antecedente explícito no texto. Nesse caso, a anáfora é um fenômeno que pode ser interpretado referencialmente de forma implícita. A anáfora tem vínculo a um antecedente que lhe dá suporte e a “rigor, trata-se de uma estratégia de ativação e não de reativação de referentes” (MARCUSCHI, 2000 b, p. 01).

MARCUSCHI (2000b), na verdade, usa o termo *anáfora indireta*. Autores como ILARI (2000) KLEIBER (1994), SCHENEDECKER (1994), UJMA (1994) e CHAROLLES (1994) apresentam o termo *anáfora associativa*, para o fenômeno anafórico que tem um referente que é novo, mas que está no texto como elemento dado.

KLEIBER (at al. 1994), que adota o termo *anáfora associativa* para *anáfora não correferencial*, mostra que um dos exemplos canônicos desse tipo de *anáfora* é apresentado por G. Guillaume (Cf. KLEIBER 1994 at. al. p. 05,06 ) que apresenta a sequência: *E como o viajante passava, então, diante da igreja, os santos personagens que estavam pintados nos vitrais pareciam ter pavor, O padre ajoelhado diante do altar esqueceu sua prece ( G. Guillaume, 1916, 163)*. KLEIBER at al.) explicam que, nesse exemplo, os SN definidos “como os vitrais, o padre, o altar, remetem respectivamente aos vitrais, ao padre e ao altar da igreja que acabam de ser mencionados é de um lado, porque acabamos efetivamente de mencionar a igreja em questão, e de outro, porque se trata de uma igreja, e nós temos lá a relação associativa de igreja, geralmente com os vitrais, um padre e um altar” (KLEIBER, at.al. 1994, p. 06).

A respeito das *anáforas associativas* diz CHAROLLES (1994) que a “interpretação da *anáfora associativa* supõe, em todos os casos, a colocação em prática de uma atividade inferencial do tipo “se vilarejo então igreja<sup>7</sup>”, ou se X cortou o pão então X utilizou uma faca”. (CHAROLLES, 1994, p. 68)

---

<sup>7</sup> O exemplo apresentado em CHAROLLES (1994) baseia-se no original em KLEIBER (1994) : *Chegamos ao vilarejo. A igreja estava situada sobre uma elevação ( G. Kleiber, 1992 a)*.

O segundo elemento, *faça*, no caso dos exemplos apontados por CHAROLLES, corresponde ao *elemento novo* que se *passa por elemento dado*. Vejamos; novo pois não tem relação de identidade com o termo antecedente, não é uma designação alternativa para o item a que faz referência, portanto sem vinculação correferencial. Por outro lado, seu sentido perpassa uma noção já presente no texto e considera-se, então que se trata de um sentido dado.

A vinculação entre anáfora e termo gerenciador (de natureza cognitiva), se assim é possível chamar, ocorre pelo conjunto de dados encontrados no texto e pelo fato de um elemento, ou contexto, ou sintagma, ou expressão servirem de âncoras para determinada anáfora.

KLEIBER et al. esclarecem que, embora o mecanismo da anáfora associativa seja fácil de entender, trata-se de fenômeno que não abarca um conceito definitivo e consensual, quando o enfoque são os elementos categoriais que servem de base para anáfora. A discussão existe porque, a princípio, a anáfora associativa foi pontuada como caso típico de SN definido como os apontados por Guillaume: os vitrais, o padre. KLEIBER et al., no entanto, ressaltam que também os pronomes podem servir como base anafórica. É importante ressaltar que mesmo os pronomes, considerados tradicionalmente como casos típicos de anáfora correferencial podem ser um anafórico sem antecedente explícito.

Os autores afirmam que a anáfora associativa coloca em jogo ao mesmo tempo categorias lingüísticas formais, que irão figurar como estrutura, e traços conceituais que servem para estabelecer a configuração discursiva. Ou seja, na discussão sobre anáfora associativa observa-se que entidades lingüísticas (sintagmas

nominais definidos, pronomes, orações) servem de base para o fenômeno da anáfora sem antecedente. De todo modo, a anáfora associativa é fenômeno instaurado no discurso e não se pode deixar de mencionar que mesmo inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma anáfora associativa e um contexto antecedente ou posterior, persiste um **vínculo coerente** na continuidade temática e referencial.

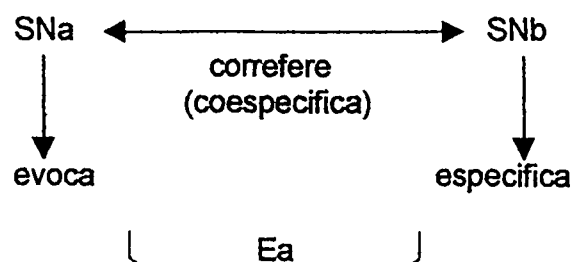
O consenso é de que na anáfora associativa há âncora de base sócio-cognitiva como uma relação vilarejo/igreja, por exemplo. Vilarejo apresenta-se como um estereótipo: em todo vilarejo há uma igreja. Fazemos a conexão entre os dois termos através de nossos conhecimentos que são registrados e acionados à medida em que um item nos chama para outro. Em termos bastante triviais sabemos que *igreja* é o fio da “*meada vilarejo*”.

MARCUSCHI (2000b), que adota o termo anáfora indireta afirma que:

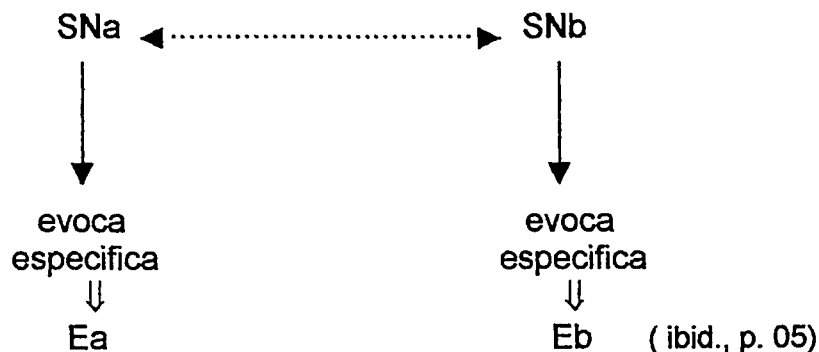
“No caso da Anáfora Indireta trata-se de expressões definidas e expressões pronominais que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões ou informações constantes da estrutura textual precedente ou subsequente e que tem duas funções referencias textuais: a introdução de novos referentes ( até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global. (ibid., p. 07)

MARCUSCHI (2000b) apresenta o seguinte esquema para operar uma distinção mais didática dos fenômenos de anáfora direta e indireta:

Anáfora Direta:



Anáfora Indireta:



No primeiro caso, um sintagma (SNa) <sup>8</sup>evoca e especifica um referente enquanto um SNb atua como anáfora correferenciando e coespecificando um SNa. MARCUSCHI salienta que se trata de um movimento de reativação, em que o Ea “indica que a especificação referencial é uma só” ( MARCUSCHI, 2000b, p. 05)

Enquanto, no primeiro caso a relação referencial entre os dois sintagmas é de correlação e identidade, provavelmente morfológica, sintática e semântica, no segundo não há interligação, nos mesmos moldes de interdependência. O ponto em que fundamentalmente uma anáfora se distingue da outra encontra-se no fato de que enquanto em uma (anáfora direta) os referentes evocam um ao outro, na outra (anáfora indireta) os referentes evocam um referente próprio, criando portanto especificações independentes ( Uma Ea e uma Eb). No segundo caso, portanto não há reativação de referentes. Eis aí uma questão relevante na discussão sobre a anáfora indireta. Em que sentido, então, há relação anafórica entre um SNa e um SNb? Para MARCUSCHI: “O interesse recai na relação referencial entre Ea e Eb que não é

<sup>8</sup> No esquema apontado por Marcuschi ilustra-se o caso dos referentes de base sintagmática. Isso não quer dizer que a base de um referente se restrinja à forma de sintagma. A mesma observação vale para os comentários sobre os esquemas.

aleatória, mas fundamentada cognitivamente e discursivamente por algum tipo de associação ou outro aspecto(...)"[sem grifo no original] (ibid.,p 05-06)

Para uma discussão a respeito de anáfora indireta torna-se imprescindível admitir que os processos cognitivos e estratégias inferenciais são fatores muito importantes para a interpretação desse tipo de fenômeno anafórico, e também para a constituição do texto como um todo significativo.

Essa constatação leva-nos mais uma vez admitir, como faz MARCUSCHI (1998b), que a interpretação que fazemos de texto decorre de uma textualidade multilinear, ou seja, não se prende ao plano linear dado pela superfície textual, mas ocorre por ativações de natureza cognitiva, social e histórica. Observação válida não só para o caso das anáforas indiretas, mas para o processo referencial como um todo.

Na anáfora não correferencial está em jogo justamente esse processo multilinear, a partir do qual é possível visualizar no texto uma referenciação estabelecida sim, com ajuda do material formal, mas sobretudo fomentada por processos cognitivos e inferenciais.

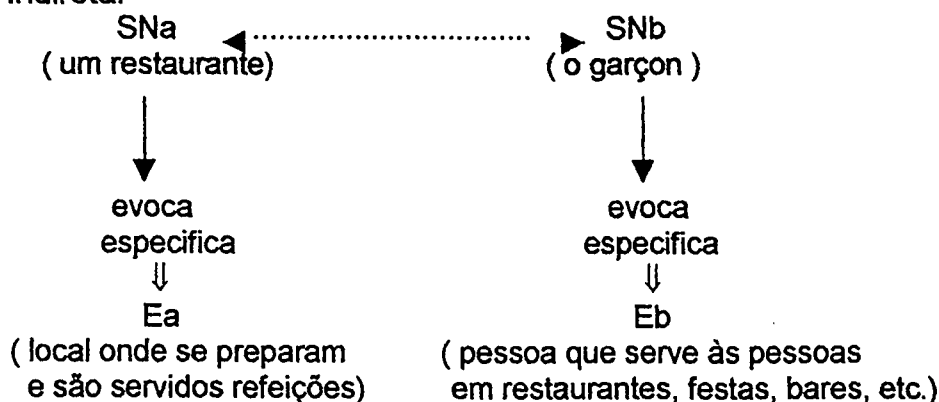
Em linhas gerais, a anáfora indireta é uma estratégia de progressão anafórica que não exige necessariamente um antecedente explícito no texto. Como vimos, no esquema acima, trata-se de uma anaforização em que os referentes envolvidos no processo são marcados por certa autonomia. Entre eles ocorre uma ligação por associação e não por reativação. A anáfora indireta é assim designada porque a entidade que serve como anafórico é introduzida no discurso como uma entidade nova, apesar de ser apresentada sob o modo do conhecido. MARCUSCHI sugere o seguinte

exemplo: “Ontem fomos a um restaurante. O garçom foi muito deselegante e arrogante.” (MARCUSCHI, 2000b, p. 07 )

A relação estabelecida entre garçom e restaurante não é de identidade, portanto não é correferencial. O que ocorre, na verdade é uma associação entre garçom e restaurante, em que o segundo elemento reativa a idéia do primeiro. A idéia sugerida por MARCUSCHI é a de que o segundo elemento encontra em um elemento precedente no contexto discursivo uma âncora e assim os elementos apresentam-se associados.

Seguindo o esquema exposto por MARCUSCHI visualizamos o seguinte:

Anáfora Indireta:



Tanto é uma relação anafórica de associação indireta que garçom apenas lembra restaurante porque encontramos garçons em restaurantes, não significa que garçons sejam a “essência” de restaurantes. A progressão referencial, nesse caso, ocorre sob forma de associação de sentidos entre o item de apoio ( restaurante ) e anáfora indireta ( garçom ).

É importante ressaltar que o processo de anaforizar indiretamente está relacionado ao fenômeno de coerência concebida, como diz MARCUSCHI (2000b),



como um princípio de interpretação e “não como encadeamento enunciativo ou de boa-formação textual” (ibid., p. 06 ).

MARCUSCHI (2000b) assinala que anáfora indireta ocorre por um sintagma nominal definido, verbos, adjetivos e pronomes ou orações inteiras “que não retomam pontualmente ou explicitamente elementos anteriormente (ou posteriormente) presentes na superfície do texto, mas *ancoram* em elementos do discurso, da situação cognitiva ou outros para ativar ou introduzir um referente novo como se fosse dado”(ibid., p. 02)

MARCUSCHI diz que a simples noção de associação não é suficiente para se entender a anáfora indireta. Ou seja, a associação é relevante para identificar uma anáfora como sendo indireta, mas o que realmente subjaz à associação é a operação cognitiva. Buscamos no texto aquilo que pode ser mais coerente e lógico para servir de âncora. No exemplo exposto por MARCUSCHI (2000b) a seguir é possível entender o que consideramos ser adequado numa relação de anáfora indireta: “Sofia já estava ficando com fome no meio do caminho entre Recife e João Pessoa. A próxima lavanderia ficava a mais de 20 quilômetros dali”. (ibid., p. 19)

Embora haja continuidade textual não entendemos que *lavanderia* seja um referente adequado para a idéia de *fome* , pois não segue a mesma linha tópica, comprometendo a compreensão. Não se postula, no entanto, que uma “discordância” entre referentes em uma relação anafórica, seja considerado como imprópria. Em alguns casos, a compreensão é “preenchida” porque lançamos mão de algum conhecimento pessoal assim como aponta MARCUSCHI (2000b)

Considerando a máxima griceana “seja relevante” como um dos princípios de textualização, pode-se dizer, com Schwarz ( p. 18), que “os textos são sistematicamente

subespecificados do ponto de vista referencial". Não é qualquer coisa que se deixa de especificar, mas o que se supõe ser de fácil preenchimento pelo receptor do texto. A subespecificação se dá quando não se fornece informações necessárias para a compreensão de um texto e esta informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto. ( *ibid.*, p. 20)

As abordagens sobre anáfora indireta são consideradas relevantes por duas questões principais. Uma é a que faz com que a noção de anáfora seja revisada, pois em termos de anáfora indireta, a noção de correferencialidade não atende à questão do fenômeno, já que o que ocorre é uma associação de sentidos no contexto discursivo.

Adjacente a essa questão está o fato de que, para a anáfora indireta, não há necessariamente uma situação de polarização entre o item introduzido e o item anafórico, ou seja, não há itens que se concentram um no outro, sob o modo da substituição, em que a característica ou identidade morfológica ou semântica de um existe necessariamente no outro.

Sobre essa questão entendemos que usar a língua é fazer conhecer aquilo que é dito, mas também o que damos a entender com o que dizemos. Como salienta MARCUSCHI (2000b)

A questão não é um problema simplesmente semântico nem pragmático de interpretação textual ou contextual. Ela tem a ver com nossas habilidades no uso público da língua em relação a nossas experiências e com um investimento muito grande em raciocínios inferenciais raramente explicitados e quase sempre presentes, que não se fundem apenas em condições lingüísticas, mas em fatores variados, envolvendo coerência, progressão tópica, conhecimentos partilhados, efeitos de sentido, atividades cognitivas e muitos outros. [ sem grifo no original] ( *ibid.*, p. 02 )

A anáfora indireta é fator intimamente ligado ao uso público da língua. Trata-se de mecanismo que se dá por processos cognitivos e discursivos, e aí não podemos às vistas do fenômeno negar o que sabemos sobre língua e, sobretudo, o que sabemos

sobre o mundo e seus acontecimentos. Isto porque em termos de anáfora indireta há forte imbricação entre o lingüístico e o conceitual. Em muitos casos, a ligação entre o referente e o item anafórico ocorre porque associamos cognitivamente a relação entre eles.

### 2.2.2 Exemplos de anáforas não correferenciais.

Mais uma vez recorreremos a um texto para proceder alguns comentários.

#### Texto 03

##### *Mimo para os bancos*

1. Brasília – Sr FHC, Sr Pedro Malan, Sr Armínio Fraga, os senhores poderiam explicar
2. direitinho que história é essa de bloquear talões de cheques e cortar o número de
3. folhas pela metade? Ninguém entendeu nada.
4. Banqueiros não usam cheque, não é verdade? Mas ganham fortunas com cheques
5. alheios. Cobram os maiores juros do planeta, as taxas mais escandalosas de cartão
6. de crédito e, de quebra, todos os serviços: talão, cheque roubado, emissão de extrato,
7. manutenção de conta. Só não cobram (ainda) espirro e sorriso.
8. Os grandes empresários também não usam cheque porque preferem a Internet,
9. cartões de crédito, dólar ou, quem sabe, caixa dois. Mas igualmente ganham fortunas
10. em cima dos cheques alheios.
11. Provavelmente, os próprios integrantes do CMN ( Conselho Monetário Nacional) não
12. usem cheques nem mesmo dêem a menor importância para isso. Mero detalhe.
13. Então, se banqueiros, grandes empresários e poderosos em geral não usam cheque,
14. quem sai perdendo com a decisão do CMN? Ora, ora. O de sempre: a classe média
15. que dá duro danado para segurar o emprego e faz milagres para esticar o salário. Se
16. é que tem emprego e salário.

17. Banco está entre as coisas mais desagradáveis, demoradas, caras injustas e  
 18. indignas. Sempre dá um jeitinho de tirar cada tostão. E tostões de milhões são iguais  
 19. a bilhões.

20. A decisão tem cara de mais um mimo do governo FHC para os bancos e mais um ato  
 21. de desdém com o Zé Povinho. Para quem pode, tudo. Para quem não pode, uma  
 22. banana. Éta simbologia desgraçada! E que nos persegue há 500 anos.

23. PS – Rossi querido, um senador foi cassado pelo Congresso pela primeira vez e três  
 24. ex-deputados federais passaram o Natal na cadeia. Isso significa alguma coisa, sim.  
 25. Na minha opinião, mais vale meio copo na mão do que um copo cheio voando.

( CANTANHÉDE, Eliane. Folha de São Paulo 30/06/00 seção Opinião, p. A2)

Observamos como os elementos apresentam-se relacionados de forma a garantir um significado global para o texto. A tese apresentada pela autora do texto tem a argumentação fundamentada em dois referentes principais e elementos a eles associados.

PODEROSOS: Banqueiros → fortunas → cheques alheios → cobram todos os serviços  
 Grandes Empresários → usam Internet → cartões → dólar → caixa dois

OPRIMIDOS: Classe média → dá duro para segurar emprego → esticar salário →  
 podem nem ter emprego e salário → Zé Povinho → milhões → tostões

Queremos evidenciar que, quando falamos em rede anafórica, ou progressão anafórica e/ou referencial estamos sobretudo, enfatizando que no texto acionam-se fatores variados, como cita MARCUSCHI, como inferências, coerência na progressão tópica, conhecimentos partilhados e outros.

O tema central do texto recai sobre a decisão de diminuir o número de folhas dos cheques e o possível bloqueio de talões. Podemos considerar que o termo *folhas* indiretamente refere-se a *cheque*. No texto, a “ancoragem” acontece por que temos, a partir de nossas experiências, conhecimento a respeito da relação banco/talão/cheque/folhas.

Durante todo o texto, as ligações vão sendo feitas a partir de elementos co(n)textuais. Essas ligações ocorrem tanto no plano do conhecimento do léxico como em conhecimentos conceituais. No caso de (talão) cheque/ folhas, o segundo termo acha-se interpretativamente ligado à primeira expressão.

Salientamos também que, a partir da observação dos elementos formais que figuram como base da anáfora, é possível traçar uma tipologia de anáforas indiretas desde que se leve em conta a relação entre a anáfora e o item que lhe serve de âncora. Em seu trabalho, MARCUSCHI (2000b) aponta alguns casos típicos de anáfora indireta. Alguns estão fundamentadas na **relação entre o todo e suas partes** ( relações meronímeas) . Segundo MARCUSCHI, trata-se de uma operação de base semântica como se pode observar em:

- (I) ... que história é essa de bloquear talões de cheques e cortar o número de folhas pela metade?
- (II) ... todos os serviços: talão, cheques roubados, emissão de extrato, manutenção de conta.

Nesse caso, presumimos a relação entre os elementos destacados como sendo parte de um grupo semântico de idéias associadas a banco.

Uma relação menos ligada ao léxico pode corresponder a uma ligação com **modelos cognitivos globais e esquemas cognitivos**. Em breves palavras, trata-se de uma ligação que aciona nossos conhecimentos armazenados na memória. Um exemplo possível ocorre em:

- (III) Banqueiros não usam cheque, não é verdade? Mas ganham fortunas com cheques alheios. Cobram os maiores juros do planeta, as taxas mais escandalosas de cartão de crédito...

Nesse caso, os elementos não retomam um item específico, mas associamos todos eles como um conjunto de elementos arquivados na memória que reativam *Banqueiros*. Estamos diante de ligações que requerem muitos mais das relações de base cognitiva que as relações de base lexical.

A **nominalização** é outra forma que serve de base à anáfora indireta. Observamos um exemplo de nominalização quando *bloquear talões de cheques e cortar o número de folhas pela metade* ( linha 02 ) é reportado na linha 20 pelo SN A *decisão*.

O que, sem dúvida fica patente nas abordagens feitas a respeito das anáforas de natureza indiretas é que a esse tipo de anáfora não corresponde uma reativação de referentes "tal como se imaginou que seriam todas as anáforas"( MARCUSCHI, 2000b, p. 14).

Nosso próximo passo consistirá em observar um quadro, formalizado por MARCUSCHI ( 1998) sobre algumas relações anafóricas.

A correferencialidade, como veremos, constitui **uma** das relações anafóricas possíveis, no entanto, salientamos para o fato de que não se trata de recurso exclusivo para a progressão referencial anafórica. A noção de anáfora indireta, por exemplo, permitiu entendermos que as relações anafóricas podem ocorrer por outras vias, além da correferencialidade.

### 2.3 RELAÇÕES ANAFÓRICAS SEGUNDO MARCUSCHI ( 1998a)

Como salienta MARCUSCHI (1998a) tem-se uma noção ampla de anáfora como estratégia de referenciação. A referenciação é, portanto, um fenômeno que se dá no discurso e a anáfora não ocorre necessariamente por retomada explícita e correferenciação de base co-significativa.

MARCUSCHI ( 1998a), a respeito das estratégias anafóricas, sugere as seguintes orientações a respeito da anáfora

- a) nem toda anáfora é pronominal
- b) nem toda anáfora ( pronominal ou não ) é correferencial
- c) nem toda anáfora ( pronominal ou não ) é uma retomada
- d) nem toda anáfora ( pronominal ou não) tem um antecedente explícito no contexto
- e) nem toda anáfora nominal correferencial é co-significativa. ( ibd., p. 06)

Vejamos mais alguns detalhes a respeito da afirmação de MARCUSCHI (1998a).

O item **a** desmonta a idéia, considerada mais clássica, de que a anáfora tem como base principal os pronomes. Trata-se de uma possibilidade, mas não é exclusividade da anáfora ocorrer sob base pronominal.

Para nos orientar sobre os itens **b**, **c** e **d**, retomemos o exemplo dado por MARCUSCHI (2000b), quando o autor expõe a respeito das anáforas sem antecedente

no cotexto: “estamos pescando há mais de duas horas e nada, porque eles simplesmente não mordem a isca”. (ibid., p. 12). Neste caso, podemos observar que não há retomada explícita de referentes por conta do anafórico *eles*, justamente por conseqüências dos itens *c* e *d* ; não há nem retomada, pois *eles* liga-se a um referente identificado a partir de uma inferência, que se dá através da orientação que *pescando* evoca. Notemos, que não se trata de uma conexão linear e explícita.

O item *e* merece um olhar mais atento. Co-significatividade corresponde ao fato de tanto a anáfora como o item que ela retoma terem o mesmo significado. Quando, entretanto, a anáfora é representada por um nome e retoma um referente que também é um nome, não há implicação cosignificativa *a priori*, como nos casos em que se tem a repetição do mesmo item lexical.

Essas conceituações são o ponto de partida para se distinguir um conjunto de relações gerais para a progressão referencial que MARCUSCHI adota para análise das relações anafóricas. Segundo o autor, a fala e a escrita utilizam estratégias diferenciadas para a organização textual. A partir dessa constatação e de um quadro sobre as relações anafóricas, o autor procura apontar que, dependendo do tipo de texto, oral ou escrito, e os diversos níveis ( do formal ao informal) encontrados em cada um desses tipos textuais, é possível observar que estratégias anafóricas apresentam-se de forma recorrente.

A questão implica pelo menos dois pontos fundamentais: noções de relação anafórica e tipologias textuais. Decorrem desses dois aspectos também duas constatações. Uma delas encontra-se alicerçada nas discussões até agora levantadas, ou seja, a construção de referentes dá-se no discurso e isso implica relações anafóricas



variadas. A outra constatação, imbricada na anterior, é a de que conforme o estilo de texto, suas características textuais e também temáticas há a preferência por tipos diferentes de certas relações anafóricas. Antes de continuarmos sobre esse segundo ponto, vejamos o *Quadro Geral das Relações Anafóricas*, em que MARCUSCHI (1998a) enumera algumas estratégias de relação anafórica:

#### QUADRO DAS RELAÇÕES ANAFÓRICAS

Relação anafórica	Esquema categorial
{1} Retomada explícita de antecedente por repetição de item ou construção lingüística com estabilidade/continuidade referencial	{1} + correferenciais - recategorização + co-significação
{2} Retomada explícita do antecedente por pronome com estabilidade/continuidade referencial	{2}+ correferenciais - recategorização -co-significação
{3} Retomada implícita de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação, metonímia com estabilidade/continuidade referencial	{3}+ correferenciais + recategorização -co-significação
{4} Com remissão e retomada implícita de antecedente não pontualizado e com reorientação referencial realizada por dêiticos textuais	{4} – correferenciais + recategorização -co-significação
{5} Com remissão e retomada implícita de antecedente e reorientação referencial por nominalização/verbo ou hipo/hiperonímia	{5} – correferenciais + recategorização -co-significação
{6} Com remissão sem retomada de antecedente e reorientação referencial por rotulações metalingüísticas ou de força ilocutória	{6} – correferenciais (?)recategorização (?)co-significação
{7} Sem remissão e sem retomada de antecedente com construção referencial induzida por pronome/nome ou construção nominal	{7} (?) correferenciais (?) recategorização (?)co-significação

Podemos observar que o autor apresenta os elementos textuais, “itens lexicais que operam como referenciadores” (ibid.,p. 06) e a forma de relação anafórica, ou seja, por retomada ( implícita / explícita) e remissão. O esquema categorial indica se os referentes anafóricos correferenciam, recategorizam e/ou co-significam.

Sobre as relações apontadas no esquema o autor faz a seguinte explanação:

(a) *correferência* ( remissão que retoma o referente como sendo o mesmo já introduzido (identidade de referentes): dá-se, no geral com retomadas por repetição, sinônimos ou designações alternativas para o mesmo referente);

(b) *recategorização* (remissão a um aspecto co(n) textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como uma idéia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação. Essa remissão pode ou não se caracterizar como uma retomada (parcial, total ou similar), que se realiza por processos fundados numa relação em geral estereotípica, como mostram Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991:5 – 64). Uma característica de todas as remissões referenciais que envolvem recategorização é a não-cosignificatividade);

(c) *co-significação* ( a relação de co-significatividade se dá como uma relação léxico-semântica dos elementos gerais para a progressão referencial. (ibid., p. 07)

O processo apresentado por MARCUSCHI adota as seguintes convenções: número em parênteses (...) para o exemplo, número entre colchetes [...] para o item textual analisado e número entre chaves {...} para a estratégia utilizada.

Estão apontados nesse quadro das relações anafóricas as relações possíveis entre os elementos textuais ou “itens lexicais que operam como referenciadores” (ibid., p. 06 ) em uma progressão referencial, que podem ser de correferencialidade, recategorização e/ou co-significação. “Portanto, não há necessidade de retomada e correferenciação para que se dê uma relação anafórica.” (ibid.,p. 06).

O autor procura demonstrar que as ocorrências acontecem estrategicamente conforme o tipo de texto e a modalidade oral e escrita.

Os dados analisados mostram que a fala e a escrita comportam-se de maneira diversa em relação às possibilidades de referência acima propostas. No geral, os resultados evidenciaram que a escrita prima pela lexicalização, mas varia muito quanto aos itens referidores, mesmo no caso de correferência, não manifestando tendência de co-significação. A fala já opera mais com a repetição no caso de correferenciações” (MARCUSCHI, 1998a, p. 8)

Dos dados e aspectos levantados para MARCUSCHI interessam, especialmente para a pesquisa, as características apresentadas em textos escritos. O autor diz que na escrita haverá predominância da lexicalização, variando muito quanto aos itens referidores.

Para ILARI (2000) um tipo de texto mobiliza construções que fazem parte de um mesmo leque de escolhas. Segundo o autor “ sob esse ponto de vista, para quem se interessa pelo fenômeno da anáfora, pode ser uma surpresa descobrir que, na linguagem jornalística, o recurso lingüístico mais usado para anaforizar não é o pronome pessoal, mas a descrição definida”. ( ibd., p. 07)

O item anafórico, que pode tanto retomar quanto remeter recategoriza muitas vezes o referente anterior modificando-o ( ex.: *programa eleitoral gratuito – desfile de candidatos a prefeito e a vereador*) ou introduzindo novos conhecimentos ou atributos

(ex.: *nosso velhinho – o mau* ) ( Cf. KOCH e MARCUSCHI, 1998). A partir daí, enfocamos que a progressão referencial através da anáfora ocorre via estratégias que vão além da correferencialidade. Além do mais, “podemos dizer que anáfora não é um mecanismo de preservação de referentes, e nem mesmo um mecanismo de preservação de conteúdos. Tem pouco a ver com formas, e tem pouco a ver com o mundo, ao contrário, tem muito a ver como o modo como armazenamos o mundo em algum ‘buffer cognitivo’” ( ibd., p. 14)

Nosso próximo passo consiste em apresentar as estratégias apontadas por MARCUSCHI ( 1998a) no Quadro das Relações Anafóricas e, em seguida observar algumas relações anafóricas em textos opinativos.

Dessa forma, estaremos colocando em prática muitos de nossos apontamentos. Verificando o “comportamento” das relações anafóricas figuradas nos textos de opinião, estaremos evidenciando que os referentes podem ser designados de forma particular nesse contexto. Ao mesmo tempo, verificamos se há recorrência de alguma(s) estratégia(s) para esse tipo de texto, estaríamos, portanto, concordando com MARCUSCHI, quando ele diz haver estratégias preferenciais para tipologias de texto distintas. Saberemos, entretanto, quais poderiam ser as estratégias preferenciais para o texto escrito opinativo.

### 3 - POSSIBILIDADES DE REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA

MARCUSCHI (1998a) observa que conforme o estilo, grau de formalidade e tipo de texto, é possível observar que a variação referencial pode denotar sentidos mais ou menos variados, como o caso de ironias, por exemplo.

O autor conclui, afirmando que são bastante comuns as estratégias {1,2 e3}, quando o texto prima pela formalidade, enquanto que os textos que visam efeitos de sentido assimilam estratégias {4 e 6}. Segundo ele, a estratégia {2} ocorre em boa parte na escrita, com maior incidência, entretanto, na fala

Como o autor trabalha com a hipótese de que a cadeia referencial apresenta-se segundo certas estratégias, conforme a natureza do texto, procuramos observar em um tipo particular de texto escrito, as estratégias que podem ser consideradas como recorrentes. O tipo de texto a que nos propomos observar são escritos de natureza opinativa.

Queremos, com base no quadro das relações anafóricas apontado por MARCUSCHI (1998a), observar que estratégias anafóricas são mais usadas em textos de natureza opinativa. A escolha desse tipo de texto ocorreu por duas razões. A primeira é de delimitar um tipo específico de texto para ver como se comportam as estratégias anafóricas numa situação específica, ou seja, não estamos levando para a discussão a idéia de texto escrito como um todo. A segunda razão está relacionada ao fato de que se trata de um tipo de texto em que, por primar pela apresentação do tema de forma pessoal, persuasiva e essencialmente argumentativa, apresenta não só

designações bem particulares para os referentes, como também estratégias interessantes de retomada desses referentes através da anáfora.

Evidentemente em outra situação textual consideraríamos importantes as particularidades em termos de referenciação que o estilo de texto pudesse evocar. Em síntese, entendemos que toda forma textual tem suas particularidades e que todas são passíveis de análise. Não é caso exclusivo do texto opinativo.

### 3.1 A PROGRESSÃO REFERENCIAL ALIADA À PROGRESSÃO TÓPICA.

É interessante atentar para as questões de progressão tópica. No texto escrito opinativo, é possível observar que a apresentação do tópico é feita de maneira mais expressiva no modo como se expõe o assunto, o tema, o problema, o fato, o indivíduo, enfim, o tópico que merecerá ser discutido no decorrer do texto. A progressão caminha com a crítica ou a problematização e/ou julgamentos pessoais. Nesse momento, a linguagem apresenta-se de forma mais criativa, elaborada e “trabalhada”, muitas vezes para produzir determinado efeito de sentido, como no caso da ironia, por exemplo.

MARCUSCHI (1999b) relaciona a expressão tópico discursivo a macro estruturas semânticas. Trata-se daquilo “sobre o que se está falando num discurso” (Ibid.; p. 03). Observamos que de certa forma a continuidade referencial serve de base para o desenvolvimento de um tópico, por sua vez “a presença de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras e preservadoras da continuidade referencial, mas não a garante”(MARCUSCHI, 1998a, p. 01). Progressão referencial e progressão

tópica estão relacionadas, embora a continuação tópica não seja condição necessária para a progressão referencial. Segundo MARCUSCHI ( 1998a)

Por outro lado, parece ser intuitivamente verdadeiro que há uma relação de quase-reciprocidade entre manutenção de referentes e construção de tópicos discursivos. É possível, pois designar, no contexto de um tópico T3, um referente desenvolvido no contexto de um tópico T1, no mesmo texto. ( ibid. , p. 02)

Essa relação entre progressão tópica e progressão referencial nos alerta para o fato de que a construção da cadeia referencial ocorre de forma calculada, elaborada quando se discute, opina ou argumenta-se sobre tópico discursivo. A escolha, a recategorização de um referente anafórico, muitas vezes, pode indicar certa orientação argumentativa, da mesma maneira que revela ou indica a posição do autor em relação ao tópico discursivo.

Observemos mais um texto que compõe o conjunto de textos ilustrativos dessa pesquisa. Juntamente com os outros textos apresentados servirá para relacionarmos algumas das estratégias presentes no Quadro das Relações Anafóricas.

#### Texto 4

##### A Tiazinha

1. Rio de Janeiro – Como os furacões do Caribe, as gripes aqui no Rio ganham nomes
2. pitorescos, mais ou menos aleatórios.
3. Tempos atrás, peguei uma tal de asiática, assim batizada em gentil homenagem à guerra no Vietnã.
4. Não era nascido quando tivemos a espanhola, segundo o relato dos sobreviventes, a mais
5. terrível de todas. Mário Filho, que deu nome ao Maracanã, quando se lembrava da
6. espanhola, arregalava o olho, crispava as sobrancelhas ruivas, falava dela como de um
7. duende, um ser maligno que pulava à sua frente: “Foi horrível!”

8.Sobrevivi a outras, mas esta última, que foi chamada de “Tiazinha”, me pegou desprevenido.  
 9.Ou fui eu que a peguei previnidíssima. Não conheço em detalhes as manhas e artimanhas da  
 10.donzela em causa. Admiro seu visual, mas não sei exatamente o que ela faz ou deixa de  
 11.fazer. Contento-me em imaginar que ela é esporte de pobre.  
 12.Já a gripe homônima muito me maltratou. Em linhas gerais, foi igual a outras gripes; como  
 13.não sou chegado ao masoquismo, não senti nenhum consolo em saber que pegara  
 14.alguma coisa a ver com a moça.  
 15.Uma pessoa gripada é e não é doente. Como se trata de mazela que pega em todos e  
 16. hoje não chega a ser mortal, provoca um mistura de respeito e desprezo. Não é como o  
 17.câncer, que todos lamentam e dizem que incita a solidariedade dos mineiros. Tampouco é  
 18.como o resfriado, que nem é justa causa para faltar ao trabalho.  
 19.No meio-termo entre doença grave e amena, a gripe é também um estado de espírito. Um  
 20.cardíaco, um canceroso, um aidético, um hipertenso, um diabético forma categorias  
 21.definidas, geram campanhas de prevenção, erradicação e profilaxia. São levados a sério.  
 22.Já o gripado, nem ele mesmo se leva a sério. Espera logo ficar bom, aceita  
 23.compromissos para depois da gripe, como quem diz “me procure depois do expediente”.  
 24.No caso da Tiazinha, evitei tomar compromissos para depois.  
 25.Dei-lhe uma oportunidade. Fiquei disponível para outra. ( CONY, Carlos Heitor. Folha de São  
 Paulo 19/10/00, seção Opinião p. A2)

Do texto acima, podemos depreender uma relação bastante curiosa entre o tópico do texto, ou seja a gripe, e o nome Tiazinha<sup>9</sup>. Como veremos, ora o nome serve para designar gripe, ora se refere à moça. Em alguns momentos, o autor orienta o leitor para que atente para quem ele está se referindo; à moça ou à gripe, como no caso de: “a gripe homônima”. A informação orienta para algo como “agora estamos falando da gripe Tiazinha”.

Este texto apresenta momentos de humor e ironia e isso acontece porque as características da moça intercambiam-se com as características da gripe. No trecho



“Sobrevivi a outras, mas esta última, que foi chamada de “Tiazinha, me pegou desprevenido. Ou eu que a peguei prevenidíssima. Não conheço em detalhes as manhas e artimanhas da donzela em causa. Admiro seu visual, mas não sei exatamente o que ela faz ou deixa de fazer. Contento-me em imaginar que ela é esporte de pobre.”

Observamos que o autor introduz o referente “Tiazinha” ( linha 8) como sendo um nome pitoresco para a gripe, mas nas linhas 9-10, observamos que o comentário que o autor faz não condiz com gripe, e sim com um comentário sobre a moça. É interessante que, quando o autor lança a ocorrência *da donzela em causa* (10), prevê uma ligação a alguma informação dada, mas até então, não se havia falado em nenhuma moça. O que estava “*em causa*” não era a moça, e sim a gripe. Mesmo não tendo alguma referência anterior sobre moça, sabemos que o autor fala sobre ela pela presença do nome Tiazinha e a associação que fazemos através de um conhecimento de mundo partilhado pelo autor e leitor, sobre a existência e as características da personagem. Nesse trecho, observa-se que o referente ora serve para nome de gripe ora para a moça.

É possível dizer que, a partir da progressão tópica há domínios referenciais. A identificação, ou melhor, a apreensão de uma seqüência referencial não ocorre apenas pela identificação dos referentes, mas pela interligação que eles têm com o assunto, ou seja com o tópico.

Assim, observamos, por exemplo, a formação de domínios referenciais, identificáveis quando sobrepomos à questão do tópico discursivo.

---

<sup>9</sup> Tiazinha é o nome de uma personagem que ficou conhecida por apresentar-se de forma considerada sensual em um programa de televisão.

Observamos, por exemplo no Texto 3 (p. 64), que os referentes agrupam-se conforme o enfoque, ou domínio discursivo (como *oprimidos* e *poderosos*) e mais interessante ainda é que desenhamos mentalmente esse agrupamento, no sentido de que usamos nossas informações mentais de conhecimento de mundo para sabermos que um determinado referente só pode mesmo estar relacionado a certo tópico ou enfoque discursivo. Mostramos isso quando destacamos ser improvável que Zé Povinho estivesse relacionado a *fortunas*.

Como depreendemos essa conclusão? Podemos considerar que a referenciação está associada às pistas co(n)textuais acionadas na relação com o tópico discursivo. Enfim, o assunto do texto e a forma como ele é articulado influenciam tanto na designação do referente como na relação referencial, tecida principalmente pela anáfora. MARCUSCHI diz que “Resumidamente, podemos dizer que a noção de TD<sup>10</sup> aqui adotada diz respeito à produção enunciativa dos objetos de discurso mediante modos de enunciação sociocognitivamente situados. (MARCUSCHI, 1999b, p. 05).

Os objetos de discurso, formados para determinado contexto discursivo apresentam-se recategorizados pela relação que têm com o tópico discursivo. É nessa relação que se constroem os domínios referenciais que são conduzidos discursivamente para construir configurações mais globais. (Cf. MARCUSCHI 1999b) Como configurações mais globais é possível entender que a partir da configuração existente entre referenciação e tópico, passamos a entender níveis de informações mais subjacentes, como uma crítica velada, uma ironia, uma orientação argumentativa, informações sobre a opinião do autor do texto. É como se admitíssemos que a

---

<sup>10</sup> Tópico discursivo.

combinação tópico mais referenciação nos levasse à percepção do que existe nas entrelinhas.

### 3.2 – AS ATIVIDADES DE RETOMADA E REMISSÃO

Para uma maior exposição e compreensão das estratégias anafóricas apresentadas por MARCUSCHI (1998a), consideramos essenciais algumas orientações expostas pelo autor a respeito de três categorias segundo ele “raramente definidas em suas propriedades discursivas” ( ibid., p. 05). Tratam-se dos atos de referir; remeter e retomar. Vejamos os apontamentos de MARCUSCHI

- referir é uma atividade de designação realizável com a língua sem implicar uma relação especular língua-mundo;
- remeter é uma atividade de processamento indicial na co(n)textualidade;
- retomar é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não. Ressalte-se que a continuidade referencial não implica referentes sempre estáveis nem de identidade. (MARCUSCHI, 1998a, p. 05)

Parece-nos de real importância observar em que exatamente consistem as atividades de retomada e remissão. MARCUSCHI (1998a) sugere que toda remissão “envolve algum tipo de relação semântica, cognitiva, pragmática ou outra qualquer, não necessariamente de correferenciação” ( ibid., p. 05). Para o autor, a remissão consiste em uma atividade em que o referente é identificado através de um processo de inferenciação. A interpretação da relação anafórica com base na inferência ocorre através de conhecimento partilhado bem amplo, através do qual é possível evocar sentidos possíveis e cabíveis para o contexto. Não se trata necessariamente, como MARCUSCHI aponta, de uma operação marcada pela correferencialidade, porque muitas vezes a atividade de remeter implica em “rastrear” o item referido com base em

uma sugestão de idéia (noção de multilinearidade) e não de uma identificação explícita (noção de linearidade) entre eles (anáfora e item referido). Esses traços caracterizam a estratégia {6} do quadro exposto de MARCUSCHI (1998a).

Acontece, porém, que nesse quadro, o autor aponta estratégias que tanto remetem quanto retomam, como no caso das estratégias {4} e {5}. Nesse caso, entendemos que haja remissão e retomada, porque esta ocorre de forma implícita, não podendo ser nem correferencial, nem co-significativa.

Enfim, devemos observar que o termo retomar é usado para designar atividades com implicações distintas. Embora tenhamos adotado o termo até agora sem uma precisão, é necessário dizer que a retomada pode ser total ( até agora falamos sempre sobre esse prisma), parcial ou similar. A retomada total implica correferencialidade e co-significação e corresponde à retomada explícita do antecedente. Nesses termos o que ocorre é uma repetição do item, mantendo estabilidade referencial. Essas características correspondem à estratégia {1}.

A retomada parcial, por sua vez, só não é co-significativa, porque ocorre por pronomes, mas é igualmente correferencial. Estratégia típica desse processo de retomada parcial é a estratégia {2}.

Já a retomada similar ocorre essencialmente porque há uma recategorização do elemento anaforizado, quer dizer é correferente porque mantém a continuidade referencial, sem que, no entanto o item antecedente seja repetido. O que ocorre no caso da retomada similar é uma associação com o antecedente. Esta associação pode se dar a partir da retomada de um traço, uma particularidade do antecedente. É interessante, também observar que, em termos de retomada similar, o autor do texto

procede um escolha de características que retomam o antecedente, operando uma seleção dentre as diversas propriedades desse referente.

### 3.3. ESTRATÉGIAS ANAFÓRICAS NOS TEXTOS OPINATIVOS

Apresentamos a seguir as cadeias de designação de referentes dos textos observados. Seguimos para isso a orientação metodológica inscrita no trabalho de MARCUSCHI sobre as relações anafóricas ( Cf. MARCUSCHI, 1998a), bem como as indicações relacionadas no *Quadros das Relações Anafóricas*.

Texto 1<sup>11</sup>

#### Tão Brasil

1.Rio de Janeiro - Falar mal do programa eleitoral gratuito é um lugar comum. Sou talvez o  
 2.único que admire esse desfile de candidatos a prefeito e a vereador. Aprendo muito com  
 3.eles e muito me edifico com as soluções que apresentam para os problemas que afligem  
 4.nossas comunidades  
 5.Uns pelos outros, não vejo diferença entre os desconhecidos e os conhecidos. E entre todos  
 6.os governantes principais do país, que têm em comum com os candidatos a vereador a  
 7.mesma capacidade de atribuir a culpa das desditas públicas aos outros.  
 8.Como não acreditar no sujeito que denunciou a falta de algodão e gaze num hospital da  
 9.Baixada Fluminense? E o economista desempregado que revelou o lamentável estado das  
 10.finanças municipais de Itaperuna?  
 11.Pelo Brasil afora, o descalabro é geral, mas nada que se compare à cara-de-pau dos  
 12.ministros e do presidente da República, que, mesmo sem serem candidatos a vereador  
 13.ou a prefeito, botam a culpa das mazelas públicas nas costas dos adversários.

<sup>11</sup> Para melhor operacionalizar a leitura dos dados reproduzimos os textos correspondentes aos quadros de análise.

14. Após o escândalo do esquema EJ, o governo como um todo começou a falar em  
 15. transparência e em mãos limpas. O tom moralista vai além do ridículo. Afinal, de quem  
 16. são as mãos sujas que metem a mão no bolso da gente?  
 17. Seguramente, não são as do candidato 47.565, que pretende a vereança num município  
 18. da bacia hidrográfica formada pelo rio Meriti. Ele descobriu que a mulher de um prefeito  
 19. comprou uma Kombi com o dinheiro da merenda escolar. Por causa disso foi demitido de  
 20. um cargo e se diz ameaçado de morte.  
 21. Tão Brasil! Estou solidário com ele. Ouço com atenção e até mesmo com alguma emoção a  
 22. voz desse Brasil obscuro que repete em escala microscópica o Brasil que conhecemos e  
 23. lamentamos. ( CONY, Carlos Heitor. Folha de São Paulo 02/09/00 – seção opinião, p. A2)

#### RELAÇÕES ANAFÓRICAS TEXTO 1 (p. 17)

[1] programa eleitoral gratuito	[1] introdução de referente
[2] desfile de candidatos a prefeito e a vereador. [2'] prefeito e vereador.	[2] retoma implicitamente [1] por {3}
[3] eles	[3] retoma parte do referente [2] os integrantes do programa eleitoral: <i>candidatos a prefeito e a vereador</i> [2'] por {2}
[4] uns pelos outros	[4] retoma [2'] por {3}
[5] os desconhecidos e os conhecidos	[5] remete [2'] por {3}
[6] candidatos a vereador	[6] retoma [2'] por {1}
[7] sujeito que denunciou a falta de algodão	[7 e 8] retomam [2'] por {3}
[8] economista desempregado	[9] retoma [2] por {1}
[9] candidatos a vereador ou a prefeito	[10] retoma [2'] por {3}
[10] candidato 47.565	[11 e 12] retoma [10] por {2}
[11] Ele	[13] Sem remissão e retomada – construção nominal. {6}
[12] ele	
[13] a voz desse Brasil	

O autor fala sobre os atos de candidatos a prefeito e a vereador e tece críticas aos problemas mais complexos existentes no Brasil. Para ele, os candidatos a prefeito e vereador, através das denúncias que fazem sobre os oponentes, reproduzem em escala menor os problemas existentes no Brasil como um todo.

Interessante nesse texto é a abordagem que o autor faz sobre os candidatos. A princípio ele se refere a programa eleitoral gratuito e, no decorrer do texto observamos que ele toma programa eleitoral por candidatos a prefeito e a vereador. A partir daí, ora ele se refere a idéia mais abrangente, ou seja, se refere a candidatos de forma generalizada, ora ele particulariza a abordagem, usando referentes como [7], [8] e [10]. Esses itens recategorizam candidatos a prefeito e a vereador, levando a uma reinterpretação da idéia de programa eleitoral e candidatos.

O item [13] é bem particular. Observamos que *a voz desse Brasil* é interessante, porque o autor personifica Brasil. Quer dizer, Brasil nesse caso é a homologação de toda a situação descrita pelo autor sobre candidatos que apontam os problemas a partir de denúncias. O Brasil-federação está recoberto de problemas passíveis de serem denunciados. Quando o autor usa o referente *a voz desse Brasil* está aludindo à voz dos candidatos que apontam alguns problemas, ou seja faz uma remissão sem retomada e com reorientação referencial, no sentido de que não se vincula a um referente explícito e designado.

Podemos observar no texto 2 algumas relações anafóricas entre dois referentes lexicalmente marcados da mesma forma, ou seja, que têm em comum o nome Nicolau.

#### Texto 02

1. A lenda de Papai Noel é baseada em são Nicolau, o bom velhinho que, nos dias de hoje,  
 2.virou um símbolo de consumo. Veja que coincidência, nós aqui no Brasil, também temos o  
 3.nosso velhinho, só que o mau, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, também um símbolo de  
 4.consumo. São Nicolau, para dar alegria aos outros, tem de estar livre, solto, enquanto o  
 5.nosso Nicolau, para dar alegria aos outros, tem de estar preso. Terceiro Mundo é assim  
 6.mesmo: até o Nicolau do Primeiro Mundo é melhor que o nosso! (MIGLIACCI, Maximiliano.  
 Folha de São Paulo 26/12/00, seção Painel do Leitor, p.A3)

RELAÇÕES ANAFÓRICAS TEXTO 2 ( p. 43)

[1] (a lenda) Papai Noel	[1] introdução de referente
[2] São Nicolau	[2] retoma [1] por {3}
[3] bom velhinho	[3] retoma [1] por {3}
[4] símbolo de consumo	[4] retoma [1] por {3}
[5] (nosso) velhinho	[5] catáfora de [7] a partir da associação com [1]
[6] o mau	[6] retoma [5] por {3}
[7] ex Juiz Nicolau dos Santos Neto	[7] introdução de referente que se apresenta como comparação a [1]
[4'] símbolo de consumo	[4'] retomada de [4]
[8] o nosso Nicolau	[8] retomada parcial de [2] por {3}
[9] Nicolau do Primeiro Mundo	[9] retoma [2] por {3}
[10] o nosso	[10] retoma [8] por {3}

Como já observamos no segundo capítulo dessa pesquisa, esse texto apresenta a idéia de que o ex Juiz Nicolau dos Santos Neto tem semelhança com São Nicolau pelo menos em três pontos: ambos têm o nome Nicolau, ambos são velhinhos e ambos dão alegria para o povo. Caracteriza-se uma associação de sentidos, sem haver entretanto retomadas explícitas. A continuidade referencial é mantida , pois a sequência referencial sempre perpassa São Nicolau. Observemos que a estratégia {3} atua no sentido de manter interligados os vários e/ou possíveis sentidos para o item São Nicolau.

O texto apresenta certa ironia a partir do momento em que o ex Juiz Nicolau deixa de ser semelhante ao primeiro velhinho por não ser bom e porque para dar alegria para o povo tem que estar preso.



Chama a atenção nesse texto a confluência entre São Nicolau e Ex Juiz Nicolau através de aspectos que o autor apresenta como comuns entre os dois velhinhos. Consideramos a segunda ocorrência de *símbolo de consumo* como uma retomada indireta de [4], como marcação lexical. Ou seja, reconhecemos que a retomada da idéia de símbolo de consumo está interligada à primeira ocorrência de símbolo de consumo [4]. A segunda ocorrência, no entanto está relacionada, na verdade a outro referente, pois sabemos que não se tratam da mesma pessoa. Então, podemos considerar que em termos lingüísticos opera-se uma retomada explícita, mas em termos inferenciais opera-se uma atividade de associação com o referente, introduzido ex. Juiz Nicolau dos Santos Neto. Curioso nesse caso é que embora a expressão *símbolo de consumo* tenham o mesmo registro lexical, não podemos dizer que haja correferencialidade e co-significação entre eles, já que o item antecedente para cada uma das ocorrências difere.

Ademais, fica patente a predominância da estratégia {3}, que pode estar relacionada à condução que se dá para o assunto que é de comparação e crítica, feita sobremaneira através de associações e comparações.

Apresentamos as relações anafóricas do texto 3

### Texto 03

*Mimo para os bancos*

1. Brasília – Sr FHC, Sr Pedro Malan, Sr Armínio Fraga, os senhores poderiam explicar

2. direitinho que história é essa de bloquear talões de cheques e cortar o número de  
 3. folhas pela metade? Ninguém entendeu nada.

4. Banqueiros não usam cheque, não é verdade? Mas ganham fortunas com cheques  
 5. alheios. Cobram os maiores juros do planeta, as taxas mais escandalosas de cartão  
 6. de crédito e, de quebra, todos os serviços: talão, cheque roubado, emissão de extrato,  
 7. manutenção de conta. Só não cobram (ainda) espirro e sorriso.

8. Os grandes empresários também não usam cheque porque preferem a Internet,  
 9. cartões de crédito, dólar ou, quem sabe, caixa dois. Mas igualmente ganham fortunas  
 10. em cima dos cheques alheios.

11. Provavelmente, os próprios integrantes do CMN ( Conselho Monetário Nacional) não  
 12. usam cheques nem mesmo dão a menor importância para isso. Mero detalhe.

13. Então, se banqueiros, grandes empresários e poderosos em geral não usam cheque,  
 14. quem sai perdendo com a decisão do CMN? Ora, ora. O de sempre: a classe média  
 15. que dá duro danado para segurar o emprego e faz milagres para esticar o salário. Se  
 16. é que tem emprego e salário.

17. Banco está entre as coisas mais desagradáveis, demoradas, caras injustas e  
 18. indignas. Sempre dá um jeitinho de tirar cada tostão. E tostões de milhões são iguais  
 19. a bilhões.

20. A decisão tem cara de mais um mimo do governo FHC para os bancos e mais um ato  
 21. de desdém com o Zé Povinho. Para quem pode, tudo. Para quem não pode, uma  
 22. banana. Éta simbologia desgraçada! E que nos persegue há 500 anos.

23. PS – Rossi querido, um senador foi cassado pelo Congresso pela primeira vez e três  
 24. ex-deputados federais passaram o Natal na cadeia. Isso significa alguma coisa, sim.  
 25. Na minha opinião, mais vale meio copo na mão do que um copo cheio voando.

( CANTANHÊDE, Eliane. Folha de São Paulo 30/06/00 seção Opinião, p. A2)

### RELAÇÕES ANAFÓRICAS TEXTO 3 ( p.64)

#### Relação A ( texto 3)

[1] talões de cheque	[1] introdução de referente
[2] cheque	[2] retoma [1] por {3}
[3] cheques alheios	[3, 4,5, 6 e 7] retomam [2] por {1}
[4] cheque	
[5] cheques alheios	

[6] cheques	
[7] cheque	

## Relação B ( texto 3)

[1] bloquear talões de cheques e cortar folhas pela metade	[1] introdução de referente
[2] A decisão de CMN	[2 e 3] remetem e retomam [1] por {5}
[3] A decisão	

## Relação C ( texto 3)

[1] classe média	[1] introdução de referente
[2] milhões	[2, 3 e 4] construções nominais. Estabelece-se associação a [1] por estratégia {3}
[3] Zé povinho	
[4] quem não pode	

Optamos por apresentar nesse texto grupos separados de relações anafóricas apenas para uma melhor operacionalização. Entretanto, é preciso levar em conta que só é possível traçar essa divisão porque o texto apresenta mais de um direcionamento para o tópico discursivo. Essa característica não é exclusiva desse texto. Como cita MARCUSCHI (1998, p.02) "um texto não costuma ser monotópico, linear e homogêneo, especialmente quando tem uma extensão maior". Na verdade, é possível observar várias redes de referenciação em um texto. Para esclarecer, o que fizemos até aqui foi ressaltar a mais evidente ou a que tivesse relação mais direta com o assunto global do texto.

Interessante observar que as cadeias referenciais presentes nesse texto são distintas quanto às estratégias escolhidas e mais curioso ainda é notar que a cadeia

referencial do último quadro é especialmente desenvolvida para criar alguns efeitos de sentido (casos de ironia, por exemplo) que ocorrem no âmbito das relações semânticas, cognitivas e pragmáticas. Note que apenas com elementos co(n)textuais, a noção de “milhões”, “Zé povinho” e “quem não pode” recupera a idéia de “classe média”. Portanto, os itens [2]; [3] e [4] só podem remeter a [1] por força dos elementos co e contextuais: “quem sai perdendo”; “que dá duro”; “faz milagres para esticar o salário”, dados associados ao item “classe média”. Pelo contexto e conhecimento de mundo, sabemos que os referidos dados não retomariam *banqueiros, grandes empresários ou poderosos*.

O curioso na análise entre as cadeias referenciais é o fato de a primeira estar basicamente marcada pela retomada explícita, o que não ocorre com a terceira que apresenta construções referenciais a partir de associações com *classe média*.

O texto, como podemos ver, apresenta uma situação formal, a decisão tomada a respeito dos talões de cheques, para manter sempre em foco a “raiz” de toda a discussão, também para expressar protesto e ironia, a autora mantém a repetição do item *cheque* através de estratégia marcada pela retomada explícita.

O segundo quadro de relações diz respeito ao motivo que desencadeia a crítica. Trata-se de uma ação e, no decorrer do texto há remissão e retomada a partir de nominalizações. A crítica fica mesmo voltada para as conseqüências que o fato descrito evoca, e aí percebemos que as retomadas são marcadas pela recategorização. O modo ou as escolhas feitas para efetuar a recategorização são resultantes do olhar da autora sobre o assunto, e isso pode ser observado pelo uso de expressões como “os poderosos” ou ainda “Zé Povinho”

Vejamos a seguir uma cadeia de designações de referentes relacionado ao texto

*A Tiazinha* de Carlos Heitor Cony.

#### Texto 4

#### A Tiazinha

1. Rio de Janeiro – Como os furacões do Caribe, as gripes aqui no Rio ganham nomes
- 2.pitorescos, mais ou menos aleatórios.
3. Tempos atrás, peguei uma tal de asiática, assim batizada em gentil homenagem à guerra no Vietnã.
4. Não era nascido quando tivemos a espanhola, segundo o relato dos sobreviventes, a mais
- 5.terrível de todas. Mário Filho, que deu nome ao Maracanã, quando se lembrava da
- 6.espanhola, arregalava o olho, crispava as sobrancelhas ruivas, falava dela como de um
- 7.duende, um ser maligno que pulava à sua frente: “Foi horrível!”
- 8.Sobrevivi a outras, mas esta última, que foi chamada de “Tiazinha”, me pegou desprevenido.
- 9.Ou fui eu que a peguei previnidíssima. Não conheço em detalhes as manhas e artimanhas da
- 10.donzela em causa. Admiro seu visual, mas não sei exatamente o que ela faz ou deixa de
- 11.fazer. Contento-me em imaginar que ela é esporte de pobre.
- 12.Já a gripe homônima muito me maltratou. Em linhas gerais, foi igual a outras gripes; como
- 13não sou chegado ao masoquismo, não senti nenhum consolo em saber que pegara
- 14.alguma coisa a ver com a moça.
- 15.Uma pessoa gripada é e não é doente. Como se trata de mazela que pega em todos e
16. hoje não chega a ser mortal, provoca um mistura de respeito e desprezo. Não é como o
- 17.câncer, que todos lamentam e dizem que incita a solidariedade dos mineiros. Tampouco é
- 18.como o resfriado, que nem é justa causa para faltar ao trabalho.
- 19.No meio-termo entre doença grave e amena, a gripe é também um estado de espírito. Um
- 20.cardíaco, um canceroso, um aidético, um hipertenso, um diabético forma categorias
- 21.definidas, geram campanhas de prevenção, erradicação e profilaxia. São levados a sério.
- 22.Já o gripado, nem ele mesmo se leva a sério. Espera logo ficar bom, aceita
- 23.compromissos para depois da gripe, como quem diz “me procure depois do expediente”.
- 24.No caso da Tiazinha, evitei tomar compromissos para depois.
- 25.Dei-lhe uma oportunidade. Fiquei disponível para outra. ( CONY, Carlos Heitor. Folha de São Paulo 19/10/00, seção Opinião p. A2)

RELAÇÕES ANAFÓRICAS DO TEXTO 4 (p. 76)

[1] gripe	[1] introdução de referente
[2] tal de asiática	[2 e 3] remetem [1] por rotulações metalingüísticas – <i>nomes pitorescos</i> {6}
[3] a espanhola	[4] remete [3] por rotulação metalingüística {6}
[4] a mais temível de todas	[5] retoma [3] por {2}
[5] dela	[6] retoma [1] por {2}
[6] a outras	[7] catáfora de [8] com base em [1]
[7] esta última	[8'] introdução de referente = <i>moça</i>
[8] Tiazinha (gripe)	[9] retoma [8'] por {3}
[8'] Tiazinha ( <i>moça</i> )	[10] retoma [8'] por {2}
[9] donzela	[11] remete [8'] por {3}
[10] ela	[12] remete [8] por {6} – construção metalingüística
[11] esporte de pobre	[13] remete [1] por {6} e [13'] retomada de [8'] por {3}
[12] gripe homônima	[14] retoma [1] por {3}
[13] alguma coisa/ [13'] a ver com a <i>moça</i>	[15] retoma [8] por {1}
[14] mazela	[16] retoma [1] por {2}
[15] Tiazinha	
[16] outra	

Observa-se neste texto que [9] e [13'] retomam implicitamente [8'], quer dizer, *donzela* e *moça* retomam *Tiazinha-personagem*, recategorizando-a lexicalmente de forma implícita, pois entendemos que *donzela* e *moça* são elementos anafóricos que surgem a partir de uma **seleção** de aspectos que a personagem tem ( ou pode ter). E só entendemos que se trata de uma seleção porque a partir de um conhecimento de mundo e através do co(n)texto sabemos que ela se enquadra nessas características.

Aspecto interessante do texto em questão levanta-se no fato de o autor apresentar nomes pitoresco, como ele mesmo diz, de gripe. Por orientar o leitor sobre a natureza ou origem dos nomes de gripe é que surgem no texto algumas orientações metalingüísticas.

No caso dos itens “*tal de asiática*”, “*a espanhola*” observamos que estão relacionados com gripe por se tratarem de nomes pitorescos dessa “doença”. A relação, no entanto, só ocorre porque seguimos as orientações do autor que indica se tratarem de nomes (pitorescos) e por acionarmos nosso conhecimento de mundo sobre o assunto.

Quando o autor usa o referente anafórico *alguma coisa* não encontramos entre ele e o referente *gripe* uma relação direta de identificação de referente. Entendemos que entre ambos haja uma relação porque até o momento em que se apresenta o termo (pegar) *alguma coisa* falou-se sobre gripe, e costumamos dizer que “pegamos” gripe. Não podemos dizer que haja retomada explícita, pois não há co-significatividade, tampouco a recategorização, já que não há remissão a um dado característico do antecedente nem na ordem do léxico, nem de idéia. É no discurso que se estabelecem as designações e a pertinência entre elas (*alguma coisa/gripe*) num processo de referenciação discursiva. No caso de *alguma coisa* e *gripe* há uma construção referencial mantida pelo contexto discursivo.

### 3.4 SOBRE OS TEXTOS ESCOLHIDOS

Os textos argumentativos estão sem dúvida dentro da classe de textos que, em linhas gerais orientam o leitor sobre algum tópico passível de discussão e análise. Em muitos casos, esses textos apresentam tema polêmico em que o autor demonstra seu posicionamento e apresenta argumentos para sustentá-los.

A linguagem, em grande parte, é bastante criativa e a decorrência, em termos de processo anafórico, é que há muito mais processos de natureza associativa e inferencial que retomadas explícitas correferenciais.

Interessante observar que o texto opinativo está vinculado a um trabalho com a linguagem, através da qual não só se enfatiza sobre o que se fala, mas também, e poderíamos dizer que de forma especial, atenta-se para o **como** se fala. Sabemos que, dependendo do tom que o autor imprime no texto pode-se criar determinada imagem a respeito desse autor e dos argumentos por ele defendidos. Segundo TAVARES ( 2000):

(...) todo texto argumentativo visa à adesão de um determinado auditório: o locutor busca envolver seus interlocutores para que estes aceitem o seu ponto de vista. No entanto, para que esta adesão se concretize, é necessário que o locutor construa seu raciocínio a partir de dados, que podemos entender como evidências e elementos devidamente fundamentados, sendo que há sobre estes dados um acordo relativo, isto é, parece existir uma predisposição por parte do auditório em aceitá-los sem muita discussão. ( TAVARES, Daniela Macedo 2000, p.197)

Os textos apresentados nessa pesquisa são textos que emitem um juízo (feito em 1ª. pessoa) a respeito de algum tópico. No texto 1 ( p.17), podemos observar que o autor exprime suas impressões a respeito de candidatos a prefeitos e vereadores. O texto discorre sobre as denúncias que os candidatos fazem em tempo eleitoral, o que revela, em escala menor, a situação de má administração social e política do Brasil.



No texto 2 ( p.43), temos uma carta de leitor que, através da ironia, construída pela referência a São Nicolau, faz um desabafo de quem coloca a prisão do Ex. Juiz Nicolau dos Santos Neto como condição para termos alegria, que nesse caso, representa a satisfação de podermos ver a justiça sendo feita.

O texto 3 (p.64) também está associado à crítica e à indignação: a autora questiona a decisão de reduzir o número de talões de cheques, que, segundo ela é mais um benefício concedido pelo governo aos “poderosos”.

Por fim, o texto 4 ( p. 76), embora não esteja associado à crítica voltada para questões que evocam uma problemática social, também tem o caráter da indignação, nesse caso, entretanto, o enfoque a que se direciona à crítica é um estado de saúde: a gripe.

É possível observar que os argumentos são construídos a partir de avaliações pessoais e não de dados objetivos, no sentido de comprovados estatisticamente ou de argumento de autoridade. São, mesmo assim, fortes e persuasivos como resultado da boa elaboração.

Há a apresentação de um problema:

- a) no texto 1: “desditas públicas”;
- b) no texto 2: a prisão do Ex. Juiz Nicolau como exercício de justiça;
- c) no texto 3: a redução de talões e folhas de cheques;
- d) no texto 4: a gripe que não representa nenhuma categoria definida de doença.

E, manifestando seus pontos de vista, passam a fundamentar seus argumentos através de exemplos, como nos textos 1 ( p. 17) e 2 ( p. 43). Nesses textos, figuram um

elemento representando um estado ou uma situação mais abrangente. No texto 1, as pequenas denúncias que refletem um estado maior de problemas públicos, e no texto 2 o caso do Juiz, que representa um estado de falta de justiça.

No texto 3 (p. 64), a autora procede com uma enumeração de fatores concernentes a dois polos envolvidos na questão: os favorecidos e os desfavorecidos da decisão a respeito de talões de cheques. Essa enumeração consiste em caracterizar cada um dos polos, para então concluir quem sai perdendo com a decisão tomada.

O texto 4 (p. 77) apresenta um problema para o qual o autor direciona uma série de argumentos, que consistem na comparação entre a pessoa que tem gripe ( que é o caso do autor) e as pessoas que formam uma categoria definida como os cardíacos, aidéticos, hipertensos, etc. Note-se, entretanto, que antes de argumentar o autor enumera uma série de nomes de gripes, para uma delas há uma operação de comparação com a personagem Tiazinha.

Enfim, é possível entender em que sentido dizemos que os argumento estão construídos a partir de opiniões pessoais e não de verdades absolutas, ou dados objetivos. Entendemos que esse traço ( argumentos com base em opiniões pessoais) está associado à recorrência da estratégia {3}, para a qual logo voltaremos nossa atenção.

É possível associar o fato de que em textos dessa natureza, em que a opinião do autor vem à tona em forma de crítica, demonstrações, comparações, a linguagem é usada para apresentar efeitos mais expressivos em comparação, por exemplo, com o texto jornalístico mais preciso, como no caso do texto informativo.

No texto opinativo, as relações indiretas, inferenciais exigem trabalho cognitivo para serem interpretadas e associadas coerentemente. Observe-se ainda que por esse fato quase não surgem relações anafóricas marcadas pela co-significação. Um comentário especulativo, apenas, poderia sugerir que a co-significatividade fosse evidente, por exemplo, em textos técnicos em que a precisão da informação deve ser o ponto forte.

Enfim, observamos que a manutenção de tópico discursivo é sustentada por relações que mantêm a continuidade referencial. Essas relações são freqüentemente sustentadas por associações e o tipo de retomada mais evidente é a do tipo implícita.

### 3.5 ESTRATÉGIAS DE PROGRESSÃO REFERENCIAL RECORRENTES NOS TEXTOS ANALISADOS.

Consideramos nesse momento que os textos evocam um uso preferencial de estratégia anafórica.

Antes de tudo, é necessários mais uma vez reiterar que os textos em questão apresentam-se como textos que fundamentam os argumentos segundo opiniões e/ou julgamentos pessoais.

Esquematizamos, a seguir, algumas informações pertinentes à construção argumentativa dos textos apresentados.

			CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA	
RELAÇÃO DOS TEXTOS	DOS	TÓPICO	Crítica inserida na construção do argumento	O que o autor usa para comprovar ou expor argumento
Texto 1		Programa eleitoral gratuito	O Brasil apresenta problemas sociais.	Enumerações de casos ilustrativos.
Texto 2		Ex. Juiz Nicolau	A liberdade do Ex Juiz representa falta de justiça.	Enumerações de características ilustrativas.
Texto 3		Redução de talões de cheque	A decisão representa prejuízo para quem usa cheques.	Enumerações de características. Tanto dos beneficiados, quanto dos prejudicados.
Texto 4		Falta de uma categoria para a gripe	Uma pessoa gripada não recebe tratamento como recebem as pessoas "doentes".	Enumerações de casos ilustrativos de doenças. Enumerações de nomes ilustrativos de gripe.

Todos os textos têm em comum um estado de indignação a respeito de um fato ou situação, o que justifica o fato de que os argumentos sustentadores da crítica são subjetivos. Um outro ponto é o fato de que para construir o argumento são selecionados enumerações de casos, exemplos, características. Os significados desses dados, a forma como são expostos direcionam para a interpretação do texto segundo as intenções do autor. Além do mais, há um direcionamento para "as associações suscitadas pela inserção desses dados em um contexto que constroem sua argumentatividade implícita" (TAVARES, D.M. 2000, p. 1999)

Essa enumeração, que serve para sustentar o argumento principal, é o que evocou, nos textos apresentados, a maior incidência de estratégia {3}. Uma apresentação esquematizada dessa constatação pode ser assim configurada:

	TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4
SINONÍMIA				
PARÁFRASE				
ASSOCIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desfile de candidatos a prefeito e a vereador;</li> <li>- uns pelos outros;</li> <li>- os desconhecidos e os conhecidos;</li> <li>- sujeito que denunciou a falta...</li> <li>- economista desempregado;</li> <li>- candidato 47.565</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- São Nicolau 1</li> <li>- bom velhinho;</li> <li>- símbolo de consumo;</li> <li>- (nosso) velhinho (Nicolau 2)</li> <li>- símbolo de consumo;</li> <li>- o mau;</li> <li>Nicolau do primeiro Mundo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-milhões;</li> <li>- Zé Povinho;</li> <li>- quem não pode</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- esporte de pobre</li> <li>-donzela</li> <li>- mazela</li> </ul>
METONÍMIA				

Nosso pressuposto de análise diz que é possível perceber que a estratégia {3} surge para garantir um tratamento textual contínuo. Observamos que o tópico desencadeador da discussão é mantido sempre em evidência para que se proceda uma análise, em forma de comentário e discussão. A manutenção tópica é mantida, mas com uma variação lexical fundada em associações. Temos portanto uma progressão anafórica marcadamente correferencial, mas que recategoriza seus referentes

Como afirmamos outras vezes ao longo da análise, os referentes discursivos vão sendo submetidos a mudanças. Nos casos apresentados, não ocorre de outra forma, os referentes são, na maioria das vezes, recategorizados à medida que se dá a seqüenciação referencial. Interessante observar que a recategorização muitas vezes é

uma elaboração discursiva indicadora das intenções argumentativas do autor do texto. Isso nos leva mais uma vez a considerar que o texto deve ser tratado numa dimensão textual-discursiva, em que se pressupõe uma concepção sócio-interacionista. “Todo locutor constrói sua fala a partir de uma avaliação da capacidade de interpretação do interlocutor, e de maneira como este reage às informações que são passadas pelo texto escrito ou falado” ( ILARI, 2000, p. 14)

No caso em questão, de textos opinativos, observamos que dentre as recategorizações possíveis, o autor escolhe aquela que melhor fundamenta, reforça ou enfatiza seus argumentos.

O fato de a estratégia {3} ocorrer com maior frequência através da associação é um indicador de que os sentidos são apreendidos por uma situação de interatividade. O autor do texto, fazendo determinadas escolhas conta com o conhecimento do leitor, e este, através de um conhecimento de mundo partilhado depreende a interpretação dos dados e também uma interpretação das intenções do autor.

Fica patente que uma visão interacionista de língua é essencial para compreendermos que as relações anafóricas são construções discursivas que se realizam de maneira dinâmica e diversificada. Segundo BRANDÃO ( 2000) :

Uma dimensão discursiva do texto pressupõe uma concepção sócio-interacionista de linguagem centrada na problemática da interlocução .

Uma abordagem que privilegie a interação não pode estudar o texto de forma indiferenciada, em que, qualquer que seja o texto, vale o mesmo modo de aproximação. Uma abordagem que privilegie a interação deve reconhecer tipos diferentes de textos, com diferentes formas de textualização, visando diferentes formas de interlocução. (BRANDÃO, 2000, p. 17-18)

Sob uma abordagem interacionista, reconhecemos que as relações anafóricas são configuradas de maneiras distintas conforme o tipo de texto e que essa construção se presta não só aos propósitos contextuais como também à construção dos sentidos, à caracterização da tipologia textual e à construção argumentativa.

## CONCLUSÃO

O principal fundamento nessa pesquisa é considerar que língua não é espelhamento da realidade. Como diz MARCUSCHI (1998a) o modo como se vê o real não coincide com o real e a partir daí resta-nos admitir que não existem sentidos prontos e acabados. À medida que interagimos é que os itens da língua obtêm significação. E, nesse sentido, tanto língua como texto são vistos como processos de interação de onde nascem as relações de sentido.

Nosso enfoque a respeito de anáfora esteve fundamentado nesse princípio de interação e de processo. Como diz ILARI (2000) é característica de qualquer tipo de anáfora "o fato de que seu funcionamento só pode ser compreendido quando se encara a atividade lingüística como atividade cooperativa" (ibid., p. 14)

Os objetos-de-discurso, como vimos, são entidades alimentadas pela atividade discursiva, ou seja só existem por conta de um cotexto e de uma situação particular de discurso. Por essa razão, são também considerados como referentes evolutivos, pois no decorrer do processo discursivo estão sujeitos a modificações.

Além disso, num caso mais específico, como procuramos tratar em textos escritos opinativos, observamos que a evolução do referente reflete, inclusive, a visão e o modo como o autor trata de determinado assunto. Como consequência, passamos a reconhecer que a progressão referencial através da anáfora é fator dinâmico que se constrói no processo de produção discursiva.



Dentro, portanto do processo textual, a progressão referencial ocupa espaço relevante como um dos constituintes pelo qual se organiza o texto e por consequência seu sentido. A anáfora, processo referencial de maior destaque, é apresentada muitas vezes como mecanismo de preservação de referentes. O que ocorre, no entanto, é que, quando partimos do pressuposto de língua e de texto como processo de interação, passamos a entender que considerar a anáfora como mecanismo que simplesmente retoma o referente de forma explícita é desconsiderar que outras possibilidades de relação anafórica são possíveis. Isto porque, em um texto, os referentes podem ser, muitas vezes, recategorizados e, nesse sentido, não podemos manter a idéia de que o referente será retomado da mesma maneira.

Os textos escolhidos foram, ao longo da pesquisa, subsidiando algumas amostragens e ilustrações dos tópicos apresentados. No último capítulo, esses textos foram tomados novamente como um conjunto, para então aplicarmos alguns dos pressupostos apresentados por MARCUSCHI (1998a).

Escolhendo um gênero que delimitasse ainda mais a questão do texto escrito, foi possível observar se de fato algumas estratégias presentes no Quadro das Relações Anafóricas eram mais evidentes nos textos propostos, o que confirma, portanto a hipótese de que, dependendo do estilo do texto, algumas estratégias apresentam-se como preferenciais.

A nossa conclusão, entretanto, caminha para questões ainda mais particulares.

As três primeiras estratégias do Quadro das Relações Anafóricas correspondem a retomadas correferenciais. Apenas a primeira co-significa, a segunda apenas correferencia e a terceira correferencia e recategoriza. Correferenciando e

recategorizando, os itens pertencentes à estratégia {3} mantêm uma continuidade referencial e estabilidade de referentes.

Segundo MARCUSCHI (1998a), “a escrita prima pela lexicalização, mas varia muito quanto aos itens referidores, mesmo no caso da correferência, não manifestando tendência à co-significação” (ibid., p. 08). Ainda segundo o autor, as estratégias {1,2 e 3} são preferenciais quando se trata de texto de notícias breves ou informativas em que se mantém uma seqüenciação e progressão referencial.

As estratégias {1,2 e 3} servem para marcar uma explicitude do que se está falando. Observamos no caso dos textos expostos que poucas são as ocorrências de estratégias {1} e {2}. Esta última aparece ainda mais que a primeira, o que nos leva a observar que não se tratam de estratégias preferenciais apenas de textos jornalísticos que primam pela objetividade. Ou seja, a relação explicitude/texto informativo é uma das situações em que se usaria a estratégia em questão.

O que queremos salientar é que a natureza do texto opinativo expõe o tópico com o propósito de argumentar, criticar, expor pontos de análise sobre esse tópico. O que nos chama a atenção é que há escolha de referentes bastante particular para a construção dos argumentos. Podemos perceber através dos referentes escolhidos o olhar do autor sobre o assunto em questão. Nesse sentido, é que nos parece justificado o fato de a estratégia {3} prevalecer por dois motivos principais.

O primeiro diz respeito à exposição dos fatos. Embora o texto seja argumentativo e prime pela subjetividade, interessa ao autor manter o tópico em evidência a fim de expor o motivo, o assunto que merece ser avaliado, criticado. Nesse sentido, justifica-se o caráter correferencial da maioria das retomadas.

O segundo ponto de nossa observação diz respeito ao fato de que a correferencialidade, nesse caso, é **implícita** e ocorre sob o modo da **associação**. O processo anafórico, na sua maioria, recategoriza o antecedente. Nesse sentido, podemos observar que a variação lexical é fundada em dados interacionais, de base interativa e cognitiva, e discursivas, quando a informação requer vínculo com o cotexto. A reativação do referente manifesta os pensamentos ou opiniões do autor em relação ao tópico, além disso, podemos observar que, dependendo de como é a recategorização, evoca-se uma intenção persuasiva por parte do autor.

Portanto, o texto opinativo evidencia a manutenção tópica, através da retomada implícita numa continuidade referencial com base em associações, em que prevalece a recategorização do referente, como marca de subjetividade e estilo criativo de tratar do tópico.

Não podemos deixar de falar que há, com certa freqüência também, a ocorrência da estratégia {2}. Observamos que em relação à estratégia {1}, a {2} parece ser preferencial. É interessante porque a repetição co-significativa do item não é recorrente nem no texto opinativo, nem no texto escrito em geral. Segundo MARCUSCHI ( 1998a), a repetição do mesmo item lexical, marcada pela repetição é bastante típica da fala.

Assim como ele sugere que as estratégias aparecem preferencialmente em tipos diferentes de texto, achamos também possível sugerir que dentre as estratégias marcadas pela correferencialidade, a saber { 1,2 e 3 }, também haja uma certa preferência em que, como uma seleção se partisse da preferência da estratégia {1} para a fala, passando pela {2} comum tanto na fala quanto na escrita e chegando na {3} como mais típica da escrita.

Nessa linha de raciocínio, podemos ainda sugerir que os elementos que figuram como base da anáfora, apresentados por MARCUSCHI (1998a) para a estratégia {3}, a saber: sinonímia, paráfrase, associação e metonímia, podem também surgir preferencialmente no texto. No caso do texto escrito opinativo, parece figurar a preferência pela associação.

Sem dúvida, os tópicos apontados até aqui só demonstram quão abrangente é o assunto e o quanto pode ser sugestivo à análise. O que apresentamos até aqui só evidencia que a discussão sobre anáfora pode continuar. O bom senso obriga-nos a salientar que pouco se faz aqui em termos de conclusão. Não se esgota o assunto nem mesmo sob o olhar de especialistas no tema. O enfoque sócio-interacionista proporciona boas discussões não só a respeito de referenciação, mas também em relação às várias possibilidades de construção de sentido que a interação pode evocar no processo textual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, M.U. *Introduction to text linguistics*, London, Longman, 1981.

BRANDÃO, H. N. *Texto, gêneros dos discurso e ensino*. In.: BRANDÃO, H.N. (org.) *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez p. 17 – 47, 2000

BROW, G. ; YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge University Press, 1983.

CHAROLLES, M. *Conference as a principle interpretability of discourse*". In: Text. Vol 3 (1). Mouton Publishers. Berlin, New York, Amsterdam, 1983.

COSTA, I. B. *Cadeias referenciais no português falado*. A ser publicado na revista "Organon" UFRGS . No prelo. 1998.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed.1999.

FÁVERO, L. L. A informatividade como elemento de textualidade. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: PUCRS. 18(2): 21-8, Jun.1985(a).

\_\_\_\_\_. A situacionalidade como elemento de textualidade. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: PUCRS. 18(2): 21-8, Jun.1985 (b)

\_\_\_\_\_. *Intencionalidade como critérios de textualidade*. In: FAVERO, L.L.;PASCHOAL, M.S.Z. (Orgs.) *Linguística textual: texto e leitura*. São Paulo: Educ, p. 31-47, 1986

\_\_\_\_\_. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática, 7ª ed.,1999.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O.. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino da língua materna*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2000.

GIMARÃES, ELISA. *A articulação do texto*. 8ª. ed. São Paulo: Ática, 2000

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *O conceito de coesão*. Tradução elaborada pelo departamento de Língua inglesa e Linguística da Universidade Federal de Natal – RN, 1976.

ILARI, R. *Alguns Problemas no estudo da anáfora Textual*. In: VII JORNADA DO CELSUL – UFPR, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 16 e 17 de novembro de 2000.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*, 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *A intertextualidade como fator da textualidade*. In: FÁVERO, L.L.; PASCHOAL, M.S.Z. (Orgs.) *Linguística textual: texto e leitura*. São Paulo: Educ, p. 39-46, 1996 (a)

\_\_\_\_\_. *A inter – ação pela linguagem*. São Paulo: Cotexto, 1997 (a)

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997 (b).

\_\_\_\_\_. *A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional*. In: SEMINÁRIOS LINGÜÍSTICOS, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2000 (a).

\_\_\_\_\_. *Estratégias de processamento textual*, ( IEL – UNICAMP) 2000 (c).

\_\_\_\_\_. *Expressões referenciais definidas e sua função textual*, ( IEL – UNICAMP) 2000 (d).

KOCH, I. G. V.;MARCUSCHI, L. A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. D.E.L.T.A, vol 14, nº especial, p. 169-190, 1998.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e Coerência*.6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEMOS, M.T.G. *Sobre o que faz texto: uma leitura de "Cohesion in English"*. D.E.L.T.A. 8 (1), p. 21 a 42, 1992.

MARCUSCHI, L. A *Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita*. In "I ENCONTRO NACIONAL SOBRE LÍNGUA FALADA E ENSINO" - Maceió, AL, 14 a 28 de março de 1994. ANAIS - 1995

\_\_\_\_\_, *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL - A INVESTIGAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ÁFRICA, ÁSIA, AMÉRICA E EUROPA: BALANÇO E PERSPECTIVAS - Berlin, Alemanha, 23 - 25 de março de 1998(a). (inédito)

\_\_\_\_\_, *Referenciação e cognição: O caso da anáfora sem antecedente*. In: ENCONTRO DE LINGÜÍSTICA. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998 (b).

\_\_\_\_\_, *Cognição e produção textual: processos de referenciação*. In: II CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN ( ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA) – Florianópolis, 25 a 27 de fevereiro de 1999 (a).

\_\_\_\_\_, *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos textuais*. In: XVII JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE (GELME) – Fortaleza, 1 a 4 de setembro de 1999(b).

\_\_\_\_\_, *Quando a referência é uma inferência*. In: GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE SÃO PAULO (GEL) – Assis, 18 a 20 de maio de 2000 (a).

\_\_\_\_\_, *O barco textual e suas âncoras*. In: VII JORNADA DO CELSUL – UFPR, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 16 e 17 de novembro de 2000 (b).

MONDADA, L. ; DUBOIS, D. *Construction des objects de discours et catégorisation: aproche des processus de référenciation*. in: TRANEL, 1995, v. 23, p.. 273 - 302, 1995.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (Cap. 6)

SCHNEDECKER, C.; CHAROLLES, M.; KLEIBER, G.; DAVID, J. *L'anaphore assosiative* (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques). Paris: Klincksiek, 1991.